FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE ES

VALDIR BRUNELLI VALÉRIO JUNIOR

**GOVERNANÇA EM REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: o caso da
Rede Colatina**

**VITÓRIA
2025**

VALDIR BRUNELLI VALÉRIO JUNIOR

**GOVERNANÇA EM REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: o caso da
Rede Colatina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Augusto Pereira Bastos

**VITÓRIA
2025**

VALDIR BRUNELLI VALÉRIO JUNIOR

**GOVERNANÇA EM REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: o caso da
Rede Colatina**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Pesquisa e Ensino S/A, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração - Nível Profissionalizante.

Aprovada em 12 de fevereiro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Profº Dr.: SÉRGIO BASTOS
Fucape Pesquisa e Ensino S/A**

**Profª Drª.: MARCIA JULIANA D'ANGELO
Fucape Pesquisa e Ensino S/A**

**Profª Drª.: GRAZIELA XAVIER FORTUNATO
Fucape Pesquisa e Ensino S/A**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por ter compreendido os momentos em que me ausentei em decorrência desse trabalho. Que mesmo em períodos conturbados não me faltou apoio de todos através de orações e palavras de conforto, principalmente nos momentos mais difíceis nessa trajetória.

Gratidão eterna em especial a minha companheira Mariana Klein pela amizade, apoio e amor em todos os momentos! E a nossa filha Iolanda e Clarice que tanto amamos.

Não posso deixar de agradecer, também, ao meu orientador Professor Doutor Sérgio Bastos que me apresentou a Economia Solidária por meio deste trabalho. Que me apoiou no período mais difícil da minha vida em decorrência de complicações no âmbito não só acadêmico, mas principalmente pessoal.

Agradeço aos Professores Doutores Valcemiro Nossa e Aridelmo Teixeira por mais de 15 anos de convivência e inúmeras chances e oportunidades dadas para meu desenvolvimento não só como aluno, mas como pessoa.

Enfim, agradeço a Fucape por ter sido por tantas vezes minha segunda casa e a todos os colaboradores e professores que fazem desta instituição tão especial.

Ao meu pai Valdir Brunelli Valério.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar características do modelo de governança em rede de empreendimentos de economia solidária com potencial de possibilitar sua sustentabilidade. Para esse fim, a pesquisa foi aplicada na Rede Colatina de Economia Solidária, a dez empreendimentos entrevistados. Foram realizadas entrevistas com a participação de empreendedores dessas organizações, bem como análise de documentos e observação não participante. Para análise de dados, utilizou-se o método de categorização. Os resultados obtidos evidenciam um modelo de governança presente nos processos e relações entre os empreendimentos de economia solidária, contribuindo para a longevidade da Rede Colatina, ainda que possua particularidades comuns a modelos de governança encontradas em outras organizações. Destaca-se, por exemplo, o compartilhamento das potências entre os empreendedores, o propósito social, o senso de coletivismo entre os atores internos, o propósito social perseguido por todos e a relação harmônica dos atores internos com os atores externos, como, por exemplo, a prefeitura de Colatina. Por fim, o resultado do estudo mostrou relevância no tocante às discussões acerca das características de governança em empreendimentos de economia solidária.

Palavras-chave: Organizações de economia solidária; Governança; Redes de economia solidária.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify the governance characteristics with potential to enable longevity to solidarity economy organizations networks. Therefore, the research was applied to the Colatina Solidarity Economy Network, with ten organizations. Interviews were conducted with the participation of social actors from these organizations, as well as document analysis. To analyze the data, the categorization method was used. The results obtained show a governance model present in the processes and relationships between the solidarity economy organizations, which contributes to the longevity of the Colatina Network, even though it has particularities common to governance models found in other organizations. Stands out, for example, the sharing of potentials between members, the social purpose, the broad sense of collectivism among internal members, the broad social purpose pursued by all and the harmonious relationship between internal members and external members, such as Colatina city hall. Finally, the result of the study proved to be relevant for the discussion of governance in solidarity economy enterprises.

Keywords: Solidarity economy organizations; Governance; Solidarity economy network.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	11
2.2. REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	13
2.3. GOVERNANÇA.....	14
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	20
4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	28
4.2 SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA.....	34
4.3 PROPÓSITO E IMPACTO SOCIAL.....	38
4.4 DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO.....	42
4.5 CULTURA E IDENTIDADE COLETIVA.....	44
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	47
6. CONCLUSÃO.....	64
REFERÊNCIAS.....	66
APÊNDICE A.....	68

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo identificar as características de governança com potencial de possibilitar sustentabilidade às redes de organizações de economia solidária, propondo-se a servir como um suporte para que empreendimentos do tipo sejam longevos e multiplicadores de negócios. Ainda, busca suprir a escassez de estudos de governança em rede voltados para o terceiro setor, já que o tema de governança em rede é explorado em maior volume se tratando de organizações de médio e grande porte para e com fins lucrativos (Irigaray & Stocker, 2024).

A partir disso, houve uma busca pelo aprofundamento de questões associadas à governança, como a importância de realizar pesquisa de governança relacionada à economia solidária; fatores internos e externos de governança que influenciam a gestão e sustentabilidade de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e quais características de governança são abordadas enquanto potenciais para possibilitar longevidade e estes empreendimentos (Pereira et al, 2023).

Embora grande parte dos estudos utilize uma definição de Economia Solidária semelhante, não há uma regra específica que determine o que são os EES, revelando uma heterogeneidade estrutural destas organizações (Moura et al, 2023). Para fins dessa pesquisa, a economia solidária é um modelo econômico alternativo que enfatiza a cooperação, autogestão, solidariedade, igualdade de direitos e o bem-estar social (Paiva et al, 2022). Os empreendimentos de economia solidária costumam constituir-se como cooperativas e associações que buscam a emancipação dos trabalhadores e o desenvolvimento sustentável, por meio de práticas justas e sustentáveis de produção e consumo (Gaiger & Kuyven, 2020).

Gestão e sustentabilidade dos EES são influenciadas por uma série de fatores internos e externos de governança em rede que determinam o seu sucesso e longevidade. Internamente, a gestão democrática e participativa (Mance, 2003; Kremer, Akahoshi & Talamini, 2017), a autogestão (Beserra, 2011; Singer, 2002; Frantz, 2012; Gaiger & Kuyven, 2020), a cooperação e solidariedade entre os membros (Gaiger & Kuyven, 2020), a transparência nas operações e a constante capacitação e formação (Belo & Oliveira, 2019; Freitas & Vilpoux, 2017; Souza, 2016) são fundamentais para o funcionamento eficaz desses empreendimentos. Externamente, verificou-se a importância do apoio do governo por meio de políticas públicas (Moura et al, 2023; Neto et al, 2024).

A governança em EES emerge como um campo de estudo fundamental para compreender como essas organizações, que se pautam por valores de cooperação, gestão democrática e sustentabilidade socioambiental (Zanetoni et al., 2023), operacionalizam suas práticas e políticas. Esses empreendimentos, que priorizam o ser humano e o meio ambiente acima do lucro, enfrentam desafios únicos em sua gestão, demandando uma abordagem de governança que transcenda os aspectos operacionais e financeiros, incorporando dimensões sociais e ambientais (Lacruz, 2020). No Brasil, onde as desigualdades sociais são acentuadas, a pesquisa sobre governança em EES adquire especial relevância, oferecendo *insights* para políticas públicas e práticas de gestão inovadoras (Gentil et al., 2021).

Segundo Neto et al. (2024), a pesquisa de governança na economia solidária é importante para compreender como esses empreendimentos são organizados e geridos de forma a promover a autogestão, a cooperação e a igualdade. Ainda, o intuito maior é ajudar a identificar práticas de governança que fortalecem a capacidade

empreendedora e a dinâmica solidária dos empreendimentos, potencializando sua atuação sustentável e autogestionária nos territórios onde atuam (Neto et al., 2024).

A importância de pesquisar economia solidária no Brasil reside no fato de que esse modelo oferece alternativas para o desenvolvimento socioeconômico inclusivo e sustentável, especialmente em contextos de desigualdade e exclusão social. O estudo da economia solidária, contribui para a compreensão de novas formas de organização do trabalho e da produção, promovendo a inclusão social e a justiça econômica (Paiva et al, 2022).

Além disso, pesquisas com esta temática podem informar políticas públicas que apoiem e fortaleçam o setor, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Neste sentido, Abrahan e Maehler (2021) discutem o papel das universidades e do governo no fomento e na promoção da economia solidária, destacando a importância da participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas relacionadas ao tema.

A partir disso, este estudo tem o objetivo identificar características do modelo de governança em rede de empresas de economia solidária com potencial de possibilitar sua sustentabilidade. O objeto de estudo é a Rede Colatina de Economia Solidária, que conta com onze empreendimentos.

Com isso, contribui-se para o campo da governança no terceiro setor e, em particular para suas formações em rede. De forma prática, espera-se que outras EES, em rede ou não, possam utilizar os resultados para a melhoria de sua gestão e governança à luz dos desafios contemporâneos.

Capítulo 2

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária emergiu a partir da década de 1990 como um paradigma econômico que se diferenciava das propostas de governança convencionais, pautando-se na solidariedade, autogestão, cooperação e democracia. Diferencia-se do modelo capitalista tradicional por enfatizar um sentido comunitário, coletivo e participativo, priorizando o atendimento das demandas sociais por meio dos recursos financeiros gerados (Abrahan & Maehler, 2023). Caracteriza-se, segundo Lima e Kuhl (2023), enquanto um modelo que busca a igualdade de direitos e a produção coletiva de bens e serviços, visando não apenas a prosperidade econômica, mas também o bem-estar social.

A economia solidária é identificada por Gaiger e Kuyven (2020) empreendimentos econômicos que promovem a “socialização dos recursos produtivos, no envolvimento de seus membros na gestão cotidiana dos mesmos, na vigência de regras de equidade e, ainda, no engajamento de suas organizações e entidades representativas em movimentos e mobilizações sociais” (p. 3). Deste modo, empreendimentos de economia solidária são, sobretudo, organizações que surgem para atender às necessidades de grupos de trabalhadores e produtores urbanos e rurais, consolidando iniciativas econômicas solidárias, como cooperativas e associações, priorizando a emancipação dos trabalhadores e o desenvolvimento sustentável (Oliveira & Scholz, 2022; Moura et al, 2023).

Essas organizações visam a geração de trabalho e renda, e se alinham com os princípios da cooperação e da igualdade de direitos (Monteiro & Gonçalves, 2020). Além disso, compreendem a gestão democrática e participativa, a promoção da cooperação e solidariedade entre os membros, e o engajamento em atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social (Flamini et al, 2022).

Segundo Neto et al (2024), Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são iniciativas que possibilitam uma maior inserção de pessoas marginalizadas no mercado de trabalho, como mulheres de classes populares. Surgem como um caminho alternativo e oportuno para que estas mulheres possam empreender, reduzindo desigualdades, através da geração de renda, solidariedade e outras estratégias coletivas.

Embora o conceito de Economia Solidária e o formato de empreendimentos caracterizados como tal, aparecerem de forma bastante homogênea nos trabalhos consultados, Gaiger e Kuyven (2020) abordam sobre o fato da economia solidária ser caracterizada por uma "heterogeneidade estrutural", o que significa que os empreendimentos solidários não comportam uma caracterização única capaz de abranger todas as suas manifestações empíricas. Há, inclusive, diferenças nas concepções sobre o que é ou o que deveria ser a economia solidária entre diferentes autores, como Singer, Gaiger e Arruda.

Esta heterogeneidade pode levar a uma má compreensão sobre o que constitui um empreendimento de economia solidária, já que não existe uma única definição exclusiva que englobe todas as suas formas. Sobre isso, Geiger e Kuyven (2020) argumentam que o termo "economia solidária" é oriundo do mundo social e, por isso, apresenta uma flutuação semântica e uma carga valorativa, o que pode levar a

diferentes interpretações sobre o que são os tais empreendimentos de economia solidária.

2.2. REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As Redes de Economia Solidária (RES) representam uma faceta crucial da economia solidária, que promove práticas econômicas alternativas baseadas na cooperação, autogestão e sustentabilidade (Gaiger & Kuyven, 2020). Estas redes conectam diferentes atores, incluindo produtores, consumidores, organizações não-governamentais e instituições, criando um sistema de produção e consumo que desafia as normas do capitalismo tradicional (Moura et al, 2023).

As RES têm raízes nas tradições de mutualismo e cooperativismo, com desenvolvimento significativo ao longo do século XX, especialmente em resposta às crises econômicas e sociais (Singer, 2002). No Brasil, a expansão das RES foi marcada pelo fortalecimento do movimento de economia solidária nos anos 80 e 90, em resposta ao desemprego e à desindustrialização (Gaiger & Kuyven, 2020).

Historicamente, as RES surgiram como resposta a crises socioeconômicas, reforçando a necessidade de modelos alternativos de economia (Singer, 2002; Gaiger & Kuyven, 2020). A evolução dessas redes é paralela ao desenvolvimento da teoria da governança de redes, que busca entender como estruturas colaborativas podem ser eficazes em contextos diversos (Soares et al, 2023).

As RES são estruturadas através de uma governança colaborativa, que inclui a participação democrática de todos os membros e a transparência nas operações. Essas redes promovem a solidariedade econômica por meio de práticas como o comércio justo, sistemas de troca e mercados locais (Moura et al., 2023).

As RES são caracterizadas por uma governança que promove inclusão e democracia, elementos centrais na teoria de governança de redes de Ansell e Gash (2008). Eles argumentam que a governança colaborativa pode resolver conflitos e produzir políticas eficazes através da cooperação e engajamento mútuo.

No Brasil, as RES têm demonstrado resiliência e adaptabilidade, características essenciais discutidas por Powell (1990) sobre a dinâmica de redes e como elas facilitam a inovação e troca de conhecimentos. Estas redes brasileiras incorporam práticas agroecológicas e sustentáveis, desafiando as normas de governança tradicional e promovendo modelos sustentáveis de desenvolvimento econômico e social (Moura et al., 2023).

2.3. GOVERNANÇA

A governança apresenta-se como um aspecto fundamental que reflete os valores do modelo econômico alternativo chamado Economia Solidária. Ela é concebida como um compêndio de práticas, políticas e sistemas que direcionam e controlam uma organização, assume uma relevância singular nos empreendimentos de economia solidária. Esses empreendimentos, de acordo com Zanetoni, Mariani e Araújo (2023), são estruturados em pilares de cooperação, gestão democrática, equidade e sustentabilidade socioambiental, posicionando-se distantes dos moldes tradicionais de negócios. Neste contexto, a governança transcende a administração operacional ou financeira, espelhando e reforçando os princípios essenciais dessas organizações.

Para integrar a economia solidária, um empreendimento deve adotar práticas que colocam o ser humano e o meio ambiente acima dos lucros, incentivando atividades coletivas voltadas para a autogestão e a distribuição justa dos ganhos

econômicos. Lacruz (2020) enfatiza que a governança nesses empreendimentos deve abranger aspectos sociais e ambientais, refletindo os valores e metas da economia solidária, e não se limitando apenas a operações e finanças.

A importância de se pesquisar a governança no Brasil, particularmente em empreendimentos de economia solidária, é amplificada pelas marcantes desigualdades sociais e pelo considerável potencial para tais iniciativas no país. Gentil et al. (2021) argumentam que o estudo das práticas de governança pode oferecer percepções cruciais para a formulação de políticas públicas e a implementação de práticas gerenciais inovadoras. Esse esforço é vital para compreender como os empreendimentos de economia solidária podem superar barreiras institucionais e operacionais, contribuindo para um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.

Zugliani (2023) destaca os desafios enfrentados na governança das Organizações Sociais, ressaltando a necessidade de práticas de governança adaptáveis e transparentes para garantir a confiança entre os interessados e o sucesso do empreendimento. Por outro lado, Gentil et al. (2021) discutem como a governança territorial e a inovação social são fundamentais para o desenvolvimento regional sustentável, mostrando como a governança pode ser estruturada para atender demandas socioambientais específicas e promover a inclusão e desenvolvimento comunitário.

Dessa forma, a pesquisa sobre governança no Brasil revela como os empreendimentos de economia solidária podem desenvolver práticas de gestão alinhadas com seus valores fundamentais. Identificar práticas eficazes de governança, conforme ilustrado pelos trabalhos de Lacruz (2020) e Zanetoni, Mariani e Araújo (2023), fornece ferramentas importantes para gestores, formuladores de políticas e a

sociedade civil, promovendo a capacidade de inovação e resiliência desses empreendimentos diante dos desafios atuais. Assim, a governança em empreendimentos de economia solidária reflete não apenas práticas operacionais, mas também a concretização de valores e princípios que sustentam um modelo econômico mais inclusivo e sustentável.

Capítulo 3

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa teve abordagem qualitativa para analisar a interpretação dos indivíduos - empreendedores de economia solidária da Rede Colatina, no Espírito Santo -, sobre o fenômeno estudado - governança em rede de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) -, visando analisar dados específicos em seus contextos locais e temporais, começando pelas expressões e atividades das pessoas em seus ambientes locais (Flick, 2009).

A pesquisa interpretativa objetiva desvendar significados atribuídos pelas pessoas às suas experiências, visando compreender como o fenômeno social ocorre. Além disso, enquanto um estudo descritivo buscou ouvir os participantes com o intuito de desenvolver um entendimento baseado em suas ideias. O conhecimento dos empreendedores foi complementado se deu por entrevistas e por documentos que foram entregues no percurso da pesquisa por estes empreendedores, a fim de enriquecer ainda mais as ideias que emergiram das entrevistas.

Na pesquisa documental foram analisadas a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, o Estatuto da Associação, o Plano de Sustentabilidade Econômica e a relação de associados. O conteúdo destes documentos, deu subsídio a análises qualitativas sobre a governança destes empreendimentos de economia solidária, bem como deram subsídio às perguntas realizadas no questionário semiestruturado que norteou as entrevistas (vide Apêndice A).

Foi realizada observação não participante em um dia de feira da Rede Colatina de Economia Solidária, com o registro de aspectos da dinâmica e das interações dos

empreendedores ao longo do evento. Foram realizadas 11 entrevistas com os atores sociais responsáveis pelos empreendimentos de economia solidária da Rede Colatina.

Para o tratamento e análise dos dados, foi utilizado o software MAXQDA, seguindo a estratégia de análise de conteúdo por categorização proposta por Bardin (2006), dividida em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A pré-análise envolveu a leitura flutuante, seleção de documentos, definição de hipóteses e objetivos, e elaboração de categorias. Portanto, o processo de categorização emergiu dos dados.

Foram realizadas entrevistas com os responsáveis por 10 empreendimentos da Rede Colatina de Economia Solidária e 3 representantes de cada Entidade de Apoio e Fomento, que apresentam diferentes atividades e características sociodemográficas, conforme é possível observar na Figura 1, 2 e 3.

Empreendimento	Produtos ou Serviços Fornecidos
Sabão Ecológico	Sabão ecológico produzido com óleo reciclado, conscientização ambiental.
Sítio Aurora	Produtos da agricultura familiar, incluindo frutas e café orgânico.
Tons e Cores Ateliê	Artesanatos variados, incluindo peças decorativas e utilitárias.
Agroecologia Schimild	Produtos agrícolas de base agroecológica, promovendo a sustentabilidade.
ASCCOR	Reciclagem e coleta seletiva, apoio aos catadores e impacto ambiental positivo.
Blazer Produtos Caseiros	Pães, bolos, e produtos de panificação caseiros.
Brumats	Produtos agroecológicos e frutas, com destaque para a certificação participativa.
Delicate Crochetaria e Serafini	Produtos de crochê e móveis rústicos.
Delícia da Eliane	Biscoitos, rosas e bolos artesanais feitos em fogão a lenha.
Maria e Marias	Artesanato e apoio a mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Figura 1 - Tipos de empreendimentos na Rede Colatina

Fonte: Elaborado pelo autor.

#	Empreendimento	Atividade	Sexo	Idade (anos)	Escolaridade	Função
E1	Marias e Marias	Artesanato	Feminino	70	Ensino Superior Completo	Conselho Fiscal Suplente
E2	Brumat's	Agricultura Familiar	Masculino	63	Ensino Médio Completo	Diretoria - 2º Tesoureiro
E3	Delicate Crochetaria e Serafini Móveis Rústicos	Artesanato	Feminino	63	Ensino Superior Incompleto	Conselho Fiscal Titular
E4	Tons e Cores Ateliê	Artesanato	Feminino	59	Ensino Superior Completo	Diretoria- Presidente
E5	Delícias da Eliane	Panificados	Feminino	58	Ensino Fundamental Completo	-
E6	Sítio Aurora	Agricultura Familiar	Feminino	57	Ensino Fundamental Completo	Diretoria - 2ª Secretária
E7	Sabão Ecológico	Produtos de Limpeza	Feminino	56	Ensino Fundamental Completo	Conselho Fiscal Titular
E8	Asccor	Reciclagem	Feminino	48	Ensino Fundamental Completo	-
E9	Blazer Produtos Caseiros	Panificados	Masculino	48	Ensino Médio Completo	Diretoria - Secretário
E10	Agroecologia Schimild	Agricultura Familiar	Masculino	41	Ensino Superior Completo	Conselho Fiscal Suplente

Figura 2: Caracterização dos entrevistados representantes dos empreendimentos da rede
Fonte: Elaborado pelo autor.

#	Entidade de Apoio e Fomento	Atividade	Representante	Idade (anos)	Escolaridade	Cargo
F1	CAF	Cooperativa	Wellington Schimild	70	Ensino Superior Completo	Diretor-presidente
F2	SEMAS	Secretaria	Michel Bertolo	63	Ensino Superior Completo	Secretário
F3	STR	Sindicato	José Izidoro Rodrigues	63	Ensino Médio Completo	Presidente

Figura 3: Caracterização dos entrevistados representantes das entidades de apoio e fomento
Fonte: Elaborado pelo autor.

Capítulo 4

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como primeira etapa, fez-se leitura das entrevistas categorizando-as de forma ampla e livre com a utilização do software MAXQDA. Após todas as entrevistas categorizadas, foi possível identificar temas específicos abordados por cada entrevistado, revelando quais pontos foram mais enfatizados em cada caso. Foi realizada análise comparativa, observando quais categorias são comuns a todos os entrevistados e quais são mais específicas de alguns empreendimentos. Isso é mostrado na Figura 4.

Empreendimento	1º Nível (Categorias Primárias)	2º Nível (Subcategorias)	3º Nível (Aspectos Específicos)
Tons e Cores Ateliê	História e Estrutura	Estrutura da Rede; Formalização	Formalização via apoio de Cáritas e Marista; Participação em fóruns; Importância da Lei Municipal para estruturação formal e apoio municipal.
Agroecologia Schimild	Participação Coletiva	Cultura de Apoio Mútuo; Sustentabilidade	Impacto na comunidade; Fomento a práticas agroecológicas; Apoio em formação e troca de saberes como essência da rede.
ASCCOR	Governança e Sustentabilidade Social	Inclusão e Empoderamento; Relação com Poder Público	Apoio social e financeiro a catadores; Impacto ambiental positivo; Sustentabilidade como propósito principal; Resgate social.
Blazer Produtos Caseiros	Governança e Estrutura Formal	Estruturação da Rede; Participação em Assembleias	Impacto positivo da rede na manutenção do negócio; Necessidade de maior clareza para novos membros; Sustentabilidade econômica através do centro de comercialização.
Brumats	Cooperação e Apoio Mútuo	Cooperação e Participação; Impacto Econômico Local	Apoio e fortalecimento coletivo; Crescimento com novo centro de comercialização; Resiliência em tempos de baixa demanda.

(continua)

(continuação)

Empreendimento	1º Nível (Categorias Primárias)	2º Nível (Subcategorias)	3º Nível (Aspectos Específicos)
Delicate Crocheteria e Serafini	Formalização e Apoio de Entidades Externas	Estrutura e Apoio Público; Impacto Econômico Local	Crescimento através de apoio do sindicato e prefeitura; Localização central fortalece visibilidade; Ampliação do horário de funcionamento
Delícia da Eliane	Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade	Crescimento Comercial; Sustentabilidade Ambiental	Sustentabilidade como prática diária; Ampliação do público com nova localização; Parceria com a ASCCOR para maior impacto ambiental.
Maria e Marias	Desenvolvimento Social e Inclusão	Inclusão e Socialização; Empoderamento das Mulheres	Apoio psicológico e financeiro; Reforço da economia solidária na comunidade; Amparo a mulheres em situação vulnerável.
Sabão Ecológico	Sustentabilidade e Consciência Ambiental	Práticas Sustentáveis; Impacto Ambiental e Social	Reciclagem de óleo de cozinha; Impacto ambiental positivo; Educação e conscientização sobre reciclagem.
Sítio Aurora	Estruturação e Governança	Formalização e Conselho; Autossuficiência	Resiliência com apoio de Cáritas e Marista; Sistema de certificação participativa para produtores; Fortalecimento da agricultura familiar e valorização dos produtores.

Figura 4 - Categorização livre das entrevistas
Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse cruzamento de dados auxiliou na identificação de padrões e variações, fornecendo uma visão clara sobre os principais pontos de convergência e divergência entre os empreendimentos. Com as informações detalhadas e cruzadas, foi possível tirar conclusões mais robustas sobre a governança, os impactos econômicos e sociais, os desafios, e os pontos fortes e fracos da rede como um todo.

A síntese final inclui uma visão estruturada dos temas, apontando as categorias mais centrais e as questões prioritárias para a Rede Colatina de Economia Solidária. Por exemplo, todos os entrevistados reconheceram a importância da rede como base de suporte mútuo e troca de experiências. A formação da rede é vista como essencial para fortalecer a cooperação e a conexão entre os empreendimentos, possibilitando

uma estrutura de apoio. Além disso, a organização clara das funções e papéis foi citada por todos como essencial para o funcionamento dos empreendimentos.

Para a rede, uma estrutura bem definida facilitaria a comunicação e a execução das atividades, além de melhorar a governança. Ao mesmo tempo, todos os empreendimentos apontaram a autogestão como um valor fundamental, promovendo a participação ativa de todos os membros na tomada de decisões e na gestão das atividades, característica essencial para o modelo de economia solidária.

Por outro lado, o tema sustentabilidade ambiental, embora importante para todos, teve maior destaque em empreendimentos como "Sabão Ecológico" e "Agroecologia Schimild", que realizam práticas ecológicas específicas como o uso de materiais reciclados e técnicas de agroecologia. Estas práticas sustentáveis, como reciclagem de óleo e agroecologia, reafirmam o compromisso da rede com o meio ambiente, sendo essencial não apenas para os valores da economia solidária, mas também como diferencial competitivo para esses empreendimentos.

Como outro exemplo de tema que não atravessou todas as entrevistas, está o levantado por empreendimentos como "Tons e Cores Ateliê" e "Delicate Crochetaria e Serafini Móveis Rústicos", que enfatizaram a inovação como um elemento específico para atender demandas locais e adaptar-se ao mercado.

Além deste exemplo, em algumas entrevistas destacou-se o papel de redes de apoio externas, como entidades de assessoria e fomento, sendo um ponto forte especialmente para empreendimentos menores que dependem desse apoio para crescimento e viabilidade.

Em um segundo momento, houve a categorização das entrevistas com base na metodologia de Silva e Fossá (2015), conforme pode-se observar nas Figuras 5, 6 e 7. A Figura 5 mostra as categorias iniciais.

Categoria Inicial	Conceito Norteador
1. Formação da Rede	Descreve a criação e desenvolvimento inicial da organização.
2. Estrutura Organizacional	Estrutura administrativa e papéis de gestão dentro da organização.
3. Propósito Social	Motivação social dos empreendimentos para melhoria comunitária.
4. Autogestão	Práticas de gestão autônoma realizadas pelos membros.
5. Transparência	Nível de clareza e honestidade nas operações e informações compartilhadas com membros e comunidade.
6. Participação Democrática	Envolvimento dos membros na tomada de decisões.
7. Sustentabilidade Econômica	Práticas de gestão financeira visando a sustentabilidade econômica.
8. Sustentabilidade Ambiental	Práticas e valores voltados à preservação do meio ambiente.
9. Benefícios Sociais	Impacto social e benefícios para a comunidade e os membros.
10. Inovação em Práticas Locais	Adoção de métodos inovadores para resolver desafios locais.
11. Capacitação e Formação	Programas de desenvolvimento e capacitação dos membros.
12. Cooperação entre Membros	Relações de apoio mútuo e cooperação entre os integrantes da rede.
13. Impacto Econômico Local	Influência das atividades na economia local.
14. Relações com Políticas Públicas	Interação e apoio recebido de políticas governamentais e programas públicos.
15. Equidade e Justiça Social	Compromisso com a igualdade e justiça social dentro da organização.
16. Diversidade de Produtos/Serviços	Variedade e inovação de produtos e serviços oferecidos pelos empreendimentos.
17. Desafios na Governança	Dificuldades enfrentadas na administração e organização das atividades.
18. Rituais e Práticas Tradicionais	Manutenção de práticas e rituais que reforçam a identidade coletiva.
19. Flexibilidade e Adaptabilidade	Capacidade de adaptação às mudanças do mercado e às necessidades dos membros.
20. Redes de Apoio Externas	Parcerias e apoios obtidos de organizações externas e outras redes de economia solidária.

Figura 5 - Categorias iniciais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto aos agrupamentos, considerou-se os conceitos que são complementares e que possuem uma relação direta entre si, conforme pode-se observar na Figura 6.

Categoria Intermediária	Categorias Iniciais Agrupadas
I. Estrutura e Organização	1. Formação da Rede, 2. Estrutura Organizacional, 4. Autogestão, 6. Participação Democrática
II. Sustentabilidade e Resiliência	7. Sustentabilidade Econômica, 8. Sustentabilidade Ambiental, 17. Desafios na Governança, 19. Flexibilidade e Adaptabilidade
III. Propósito e Impacto Social	3. Propósito Social, 9. Benefícios Sociais, 13. Impacto Econômico Local, 15. Equidade e Justiça Social
IV. Governança e Transparência	5. Transparência, 12. Cooperação entre Membros, 14. Relações com Políticas Públicas, 20. Redes de Apoio Externas
V. Desenvolvimento e Inovação	10. Inovação em Práticas Locais, 11. Capacitação e Formação, 16. Diversidade de Produtos/Serviços
VI. Cultura e Identidade Coletiva	18. Rituais e Práticas Tradicionais

Figura 6 - Categorias intermediárias

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto às características das categorias intermediárias, destaca-se que:

- a) O agrupamento “Estrutura e Organização” reúne elementos relacionados à formação, estrutura e funcionamento interno da organização, incluindo autogestão e participação democrática, que são práticas fundamentais para a governança das redes de economia solidária;
- b) O agrupamento “Sustentabilidade e Resiliência” reúne as práticas voltadas para a sustentabilidade econômica e ambiental, bem como a capacidade de adaptação e enfrentamento de desafios, que são essenciais para a longevidade dos empreendimentos de economia solidária;
- c) O agrupamento “Propósito e Impacto Social” foca no propósito e nos impactos sociais, econômicos e de justiça promovidos pela organização, refletindo os benefícios sociais e a responsabilidade com a comunidade;
- d) O agrupamento “Governança e Transparência”, mostra que a governança democrática e a transparência aparecem como essenciais para a confiança e a cooperação entre os membros, e que, além disso, a relação com políticas públicas e redes de apoio externas reforçam o apoio necessário para o desenvolvimento sustentável;

- e) O agrupamento “Desenvolvimento e Inovação” inclui como as práticas inovadoras e a promoção de capacitação são essenciais para o desenvolvimento dos empreendimentos. A diversidade de produtos e serviços também reflete a adaptabilidade e a busca por soluções criativas.
- f) O agrupamento “Cultura e Identidade Coletiva” reforça que os elementos culturais e rituais fortalecem a identidade coletiva e a coesão dos membros, sendo um pilar importante para a continuidade dos valores de economia solidária.
- g) Por fim, foram desenvolvidas as categorias finais, que refletem as principais características de governança e práticas das redes de economia solidária, baseadas nos tópicos identificados como prioritários para a longevidade e a organização desses empreendimentos.

Categoria Intermediária	Conceito Norteador	Categoria Final
I. Estrutura Organizacional	Representa a base organizacional e funcional dos empreendimentos, envolvendo a formação da rede, estrutura organizacional, autogestão e participação democrática.	A. Estrutura de Governança
IV. Governança e Transparência	Refere-se à transparência nas operações, à cooperação entre os membros, às relações com políticas públicas e ao fortalecimento das redes de apoio externas.	
II. Sustentabilidade e Resiliência	Foca na sustentabilidade econômica e ambiental, na capacidade de adaptação e superação dos desafios, promovendo longevidade e eficiência operacional.	B. Sustentabilidade e Resiliência
III. Propósito e Impacto Social	Enfatiza o propósito social, os benefícios à comunidade, o impacto econômico local e a promoção de justiça social, reafirmando o papel transformador da economia solidária.	C. Propósito e Impacto Social
V. Desenvolvimento e Inovação	Envolve a inovação nas práticas, a capacitação e a diversidade de produtos e serviços, promovendo o desenvolvimento contínuo e a competitividade.	D. Desenvolvimento e Inovação
VI. Cultura e Identidade Coletiva	Aborda os rituais e as práticas tradicionais que reforçam a identidade e a coesão dos membros, sustentando os valores da economia solidária.	E. Cultura e Identidade Coletiva

Figura 7 - Categorias finais
 Fonte: Elaborado pelo autor.

A categoria final “Estrutura de Governança” combina aspectos de estrutura organizacional, governança e transparência, englobando a base organizacional e as práticas de governança democrática e participativa, que são fundamentais para a longevidade das organizações de economia solidária. A categoria “Sustentabilidade e Resiliência” foca em fatores que asseguram a sobrevivência a longo prazo dos empreendimentos, incluindo sustentabilidade econômica e ambiental, além da capacidade de adaptação e resposta a desafios.

“Propósito e Impacto Social” representa o impacto positivo e transformador na sociedade, promovendo justiça social, benefícios para a comunidade e impacto econômico local, alinhado ao propósito social dos empreendimentos, enquanto

“Desenvolvimento e Inovação” envolve práticas de inovação e capacitação, promovendo o crescimento contínuo e a diversificação de produtos e serviços, o que fortalece os empreendimentos de economia solidária, e “Cultura e Identidade Coletiva” foca nos aspectos culturais e identitários, reforçados por rituais e práticas tradicionais que promovem a coesão e a valorização dos valores da economia solidária.

Categoria Final	Panorama
A. Estrutura de Governança	Esta categoria aborda a organização interna e a governança participativa dos empreendimentos. As entrevistas ressaltaram a importância de uma estrutura organizada e bem definida dentro da rede, com responsabilidades específicas e papéis claros para cada membro, como visto na entrevista com o grupo “Delícia da Eliane”. Essa estrutura inclui diretoria e cargos designados, visando facilitar a administração e melhorar a eficiência do trabalho coletivo.
B. Sustentabilidade e Resiliência	Essa categoria foca na capacidade dos empreendimentos de gerarem renda e proporcionarem benefícios à comunidade. Um exemplo de sustentabilidade é o empreendimento "Sabão Ecológico" que enfatizou o uso de práticas sustentáveis, como a reutilização de óleo para a fabricação de sabão, mostrando o compromisso ambiental.
C. Propósito e Impacto Social	Foca no impacto social que os empreendimentos geram em suas comunidades, proporcionando apoio econômico e integração. Os entrevistados mencionaram como a rede oferece um espaço de inclusão social, valorização de habilidades e suporte psicológico, além de promover a justiça social e a igualdade. "Asccor" e "Maria e Marias" ilustraram como a rede atua na inclusão de grupos vulneráveis e oferece apoio estrutural para as iniciativas de seus membros.
D. Desenvolvimento e Inovação	Esta categoria cobre a capacidade de adaptação e inovação dos empreendimentos para atender às necessidades locais e manter a relevância. Empreendimentos como "Tons e Cores Ateliê" relataram como a inovação nas práticas e a adaptabilidade a novas condições foram essenciais para seu sucesso e longevidade. O desenvolvimento de produtos e serviços ajustados ao contexto local fortalece a rede e permite que os empreendimentos prosperem diante de desafios.
E. Cultura e Identidade Coletiva	Relaciona-se com a preservação e valorização das tradições culturais e a identidade local dos empreendimentos. "Sítio Aurora" e outros entrevistados ressaltaram a importância de manter práticas culturais e rituais tradicionais, fortalecendo o vínculo dos membros com suas raízes e promovendo um senso de comunidade e identidade. A identidade coletiva é nutrida e reforçada pelas práticas solidárias e pelos valores compartilhados entre os membros da rede, criando um ambiente de apoio e pertencimento.

Figura 6 - Panorama das categorias finais

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Em relação à organização interna e a governança participativa dos empreendimentos, ressalta-se a importância de uma estrutura organizada e bem definida dentro da rede, com responsabilidades específicas e papéis claros para cada membro. Essa estrutura inclui diretoria e cargos designados, visando facilitar a administração e melhorar a eficiência do trabalho coletivo, como é destacado por #E5.

Os entrevistados mencionam a importância de uma estrutura organizacional clara, como a definição de cargos e responsabilidades para o bom funcionamento da rede. Isso se alinha com o Regimento Interno do CCES, que descreve a organização do Centro de Comercialização e seu papel fundamental na promoção da economia solidária, com uma governança participativa e com a Associação Rede Colatina de Economia Solidária (ARCES) gerenciando as operações. O Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral apresenta a formalização da ARCES, destacando o CNPJ da associação, o que reforça a estrutura organizacional oficial e sua relevância para a rede de economia solidária.

#E3 Reflete a organização da rede com funções definidas, como diretoria e fiscalização, para garantir conformidade e eficiência.

Tem a diretoria que ajuda na administração, na gestão da economia solidária, né? Aí ali tem quem é responsável pela parte da diretoria mesmo, né? Que assina, né, que vai nas reuniões para depois passar para os empreendimentos, né? Tem a parte da fiscalização, né? Quem fiscaliza para ver se está tudo certinho, né? Se tem alguma coisa que não está andando conforme a lei da economia solidária. (#E3)

#E2, quando aborda sobre a gestão financeira, também evidencia a existência de uma estrutura formal com diretoria e cargos designados para gerir recursos financeiros, ao relatar que “tem uma Diretoria da associação, da rede, que vai gerir esses recursos”.

O modelo de gestão financeira e a independência gradual dos empreendimentos são destacados pelo entrevistado #E10.

Hoje tem existe uma parceria para a gente estar iniciando esse trabalho aqui. Um apoio financeiro de uma instituição, mas o objetivo é que a renda saia toda da venda dos produtos, da comercialização mesmo. Então a gente tem um apoio do município com a sessão do espaço, né? Mas o objetivo é que a gente consiga caminhar com a nossa gestão, fazendo a gestão dos recursos internamente, sobre as vendas. (#10)

A entrevista com #E2 também enriquece a análise de governança organizacional, ilustrando práticas participativas, estrutura formal e a importância de apoio externo na formação e funcionamento da Rede Colatina. Sobre o processo decisório e reuniões, destaca-se a prática de governança participativa baseada no consenso e inclusão de todos os membros.

Geralmente é discussão e decisão, né? Se precisar vai para o voto, mas geralmente é sempre consenso. A gente discute, tem que achar o melhor caminho. E todo mundo participa. Chamamos todo mundo e quem não comparece, depois tem que obedecer ao que foi decidido. (#E2)

#E3 Destaca o caráter democrático do processo decisório e o compromisso dos membros em colaborar na gestão.

Votação, né? As pessoas votam, né, igual quando muda de diretoria que tem que estar mudando, né? Aí sempre tem votação. Aí primeiro você pergunta quem está a fim de assumir, né? Mas todo mundo sempre está disposto a assumir para poder ajudar, né? (#3)

Ainda, mostra a estrutura associativa e como a gestão democrática promove a participação ativa dos membros, como apontado pelo entrevistado #E10:

Hoje a gente tem uma estrutura organizacional de uma associação, né? Que faz a gestão com todos os membros. A gente como empreendimento compondo essa gestão, né? Então acho que está bem estruturada a gestão. Enquanto empreendimento a gente participa né? Acontecem as reuniões da Associação, né? Então a gente está sempre sendo comunicado, participando, atuando. A gestão é democrática e precisa estar sempre em diálogo, né? Então ela é democrática e a gente vai construindo, né? Avançando e estruturando ainda mais para continuar avançando nesse formato de rede. (#E10)

#E9 demonstra a governança participativa e democrática da rede, incentivando o diálogo e a inclusão: "Todos participam, todos dialogam. É aberto a todos, para que

todos falem. Incentivamos todos a falarem. Dá-se o tempo. É democrático. Todos votam e a maioria ganha."

#E9 reflete o fortalecimento da estrutura da rede e a integração de novos empreendimentos através de assembleias.

A partir desse novo espaço está se fortalecendo. Nós começamos aqui com menos empreendimentos, hoje a gente está com 18. Entraram novos e tendo em vista outros empreendimentos para estar entrando. [...] As assembleias gerais ajudam muito nisso. Nos reunimos sempre quando necessário. (#E9)

#E8 reflete a governança participativa baseada no consenso e nas decisões coletivas: "É tudo no coletivo. Igual a ASCCOR. A maioria ganha. É uma decisão democrática." Sobre a alocação de membros e tarefas, destaca-se a divisão de responsabilidades e a organização do trabalho coletivo no ponto de comercialização.

Cada dia tem um empreendimento aqui. Hoje, por exemplo, está a Jaqueline. E aí, quando a gente não consegue, tem sempre alguém dos empreendimentos que estão mais disponíveis e querem receber a diária, e a gente paga a diária dele. (#E2)

Outro entrevistado evidencia a estrutura formal com representantes e rodízio entre os associados para manter o funcionamento do centro de comercialização

Então hoje a representante se não me engano é a Verônica. Acho que ela é presidente, né? E tem as outras meninas. Tem a Maria do sabão, né que faz parte. E as meninas dos Bordados, né. [...] Agora no novo centro eles conquistaram a oportunidade de vender todo dia. [...] A gente participa do rodízio de associados no centro mesmo que a gente não tenha produtos lá para vender. (#E8)

Quando indagado sobre a estruturação inicial da rede, #E2 descreve a colaboração entre empreendimentos e entidades de apoio no processo de estruturação da rede, ao afirmar que "os empreendimentos e o pessoal do apoio, como o sindicato, a CAF e a Secretaria de Ação Social, participaram da organização e institucionalização da rede".

Sobre a regularidade das reuniões, #E2 destaca que “acontece mais ou menos de 30 em 30 dias. É sempre no ponto de comercialização, mas às vezes faz online também. Às vezes usa a sala de auditório do sindicato”.

Sobre a gestão de recursos e cargos específicos, é possível constatar que o corpo diretivo possui autonomia para gerir os recursos, conforme pode-se observar na fala que “[...] elas [presidente e secretária] têm autonomia para gerir os recursos, como manutenção e gastos do centro” (#E2).

#E9 aponta a estrutura formalizada para gestão financeira, com responsabilidades claras e transparência no repasse de recursos, ao afirmar que “a gestão desses recursos que acontece aqui no centro, 80% volta para o empreendedor. O repasse é feito por Pix. Tem uma conta, tem uma pessoa responsável pelo caixa. Funcionária do estabelecimento. Ela faz toda essa parte financeira”.

#E3 Mostra a organização financeira com contribuições e planilhas compartilhadas para transparência na gestão.

Cada um vende, né? E nós temos uma contribuição mensal, né? Aí a gente tem 20% de cada um, da venda de tudo que vem, né? Aí fica -20% para economia solidária, aqui para loja, para pagar as despesas incluindo o salário da menina. [...] E quem controla as vendas tudo é a Micheline, né? Tem a planilha passada para cada um pelo WhatsApp. (#E3)

#E3 Demonstra o investimento em capacitação para melhorar a gestão e o funcionamento dos empreendimentos ao afirmar que “nós tivemos formações fora do estado que a gente participou. [...] Eu mesmo fui junto com outro empreendimento que faz muita roupinha de bebê. Nós fomos até Fortaleza”.

O entrevistado #E10 evidencia a estrutura democrática e participativa da Rede Colatina, mostrando o papel das reuniões e assembleias no fortalecimento da governança e que decisões estratégicas são tomadas coletivamente ou delegadas à diretoria.

Existe essa estrutura de associação que é onde se tomam as decisões, né? Então existe uma diretoria. Claro que não são todas as coisas que precisam ser decididas que têm que ser convocada uma Assembleia. Algumas coisas são decididas pela diretoria, né? Têm autonomia para isso. Mas é tem essa estrutura, quando é algo maior convoca-se uma Assembleia e a gente entra num consenso e tomamos decisões em coletivo. (#E10)

Complementa, ainda que sobre a periodicidade das reuniões e como as informações financeiras são comunicadas aos membros.

Quem faz a gestão é uma colaboradora, né? Ela fica responsável de fazer esses encaminhamentos. Então quinzenalmente é feita a prestação de conta para cada empreendimento. Então chega no WhatsApp da gente dizendo os produtos vendidos, a transferência de recurso, né? As reuniões nem sempre têm debate sobre o financeiro. Mas são reuniões para debater assunto diversos, né? Normalmente é mensal. (#E10)

#E9 destaca o papel da diretoria na coordenação das reuniões e na transparência com os membros, já que “quem puxa esses encontros, essas reuniões, é a diretoria. [...] É feita uma reunião para a prestação de contas. Então todos são convidados a estarem presentes. De dois em dois meses”.

Evidencia-se como o apoio externo contribuiu para a formação da estrutura organizacional da Rede Colatina: “Foi através da Cáritas que começou a institucionalização da rede. Criou-se a associação, e eles ofereceram cursos de formação para ajudar na estruturação” (#E9).

O entrevistado #E10 destaca o papel do centro de comercialização como ponto de estruturação da rede:

Os Empreendimentos que estavam naquele momento que toparam. Eram menos do que hoje, menor quantidade de empreendimentos, mas os grupos que se interessavam em formalizar a rede. [...] Então digo que a loja, o centro de comercialização, foi muito importante para que esse grupo realmente se estruturasse, né? Era um incentivo ali a mais para que o grupo realmente não ficasse só se reunindo, fazendo reunião. Tinha um incentivo. Tinha comercialização. (#E10)

#E5 Reflete o caráter participativo e democrático das decisões tomadas na rede, já que “todo mundo participa das reuniões, né? O pessoal é convocado para

tomar decisão. Todos opinam, falam e votam. A votação é democrática e a maioria ganha quando ocorre uma decisão unânime”.

#E5 Destaca a estrutura de gestão financeira e o uso coletivo dos recursos para manutenção das operações:

Aqui no centro de comercialização tem a menina que recebe salário para administrar o dinheiro, né? E aí a gente deixa uma porcentagem das vendas da gente para ajudar a cobrir a limpeza, material que gasta aqui, né? São 20% das vendas. (#E5)

#E1 Reflete a estrutura de liderança compartilhada com membros ativos de diferentes empreendimentos na rede: "Tem a liderança de frente que é Verônica. Também a Maria, mais o Marcelo, pessoas que também têm seus empreendimentos". Além disso, indica como o processo decisório é participativo, reforçando a democracia interna.

A diretoria da Rede que convoca. E todo mundo tem que participar, né? Todo mundo precisa participar, têm que tomar conhecimento. Tem reunião do fórum, reunião do conselho. Todo mundo participa e vota para tomar as decisões. Geralmente é unânime, mas quando não, a maioria ganha. (#E1)

#E1 Destaca a transparência e o uso coletivo dos recursos financeiros para a sustentabilidade da rede, já que “cada empreendimento deixa 20% da renda das vendas. E todos os resultados do centro são compartilhados e apresentados nas reuniões”. Complementa sobre a importância da comunicação no processo de transparência, que considera eficiente: "A gente troca informações e reúne pelo WhatsApp. Tem reuniões presenciais e pela internet. Faz online, né? E essas reuniões são trimestrais" (#E1).

#E1 Reflete o papel das políticas públicas e da formalização na estruturação da Rede Colatina: "A lei veio para ajudar a gente a formar a rede. [...] No início, não tínhamos nem local. Eles que cederam o local."

4.2 SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA

Foi possível observar que a Rede Colatina incorpora sustentabilidade e resiliência, através de práticas como a diversificação de renda e canais de comercialização, o uso de práticas sustentáveis como, por exemplo, o caso do "Sabão Eco" (entrevistado #E2), e através da percepção dos impactos sociais positivos gerados na economia local e no fortalecimento de comunidades vulneráveis.

O "Sabão Eco" é citado como um exemplo claro de reutilização de resíduos para agregar valor e reduzir impactos ao meio ambiente. Além disso, o Regimento Interno do CCES menciona que a sustentabilidade ambiental é uma prioridade, como visto no Art. 5º, que fala sobre a promoção de produtos agroecológicos e de respeito ao meio ambiente.

Ou seja, as práticas sustentáveis discutidas nas entrevistas são reforçadas pelo Regimento Interno do CCES, que formaliza o compromisso com práticas ecológicas, como o incentivo a produtos agroecológicos e sustentáveis. A Associação Rede Colatina de Economia Solidária (ARCES), como descrita no Termo de Adesão, também busca promover a inclusão social e econômica de forma que respeite os princípios da sustentabilidade.

#E5 Demonstra como a reutilização de óleo na fabricação de sabão promove a sustentabilidade ambiental e reduz desperdícios: "A gente faz sabão com óleo usado. Isso é muito importante porque estamos ajudando o meio ambiente, reaproveitando um material que seria descartado".

#E5 mostra como a participação na rede proporciona estabilidade econômica para os empreendedores ao afirmar que "agora, com a economia solidária, a gente tem uma renda complementar que ajuda muito. O que antes era só um extra, hoje

virou algo que a gente pode contar todo mês”. Complementa ainda sobre o suporte mútuo ser essencial nesse arranjo econômico: "Quando um membro da rede está passando por dificuldades, todos se reúnem para ajudar. Isso é uma força que faz a diferença, porque ninguém está sozinho" (#E5).

Os empreendimentos têm o papel de educar a comunidade sobre práticas sustentáveis, como evidenciado por #E5: "A gente não está só vendendo, está mostrando para as pessoas que é possível fazer algo sustentável e bom para todos". Já #E10 ressalta as práticas sustentáveis, como o reaproveitamento de materiais, adotadas por empreendimentos da rede: "Nós da agricultura, trabalhando na produção agroecológica, temos essa preocupação e os outros empreendimentos também. Se utilizando de recursos, de materiais recicláveis, reaproveitando. Tem um grupo que está trabalhando para diminuir esse impacto ambiental".

#E5 destaca como o espaço fixo de comercialização fortalece a estabilidade financeira e amplia o alcance dos produtos: "Antes, a gente vendia só em feiras. Agora, com o ponto fixo, temos uma renda mais certa, e as pessoas da cidade sabem onde encontrar nossos produtos". A ênfase sustentável dos produtos também é citada por #E2: "[...] participamos da feira agroecológica desde os anos 2000, com foco em produtos orgânicos, sem uso de venenos e com respeito à terra".

#E8 destaca o papel da ASCCOR em práticas de sustentabilidade, reduzindo resíduos no meio ambiente enquanto gera sustento para os associados:

Hoje, se a ASCCOR não existisse, o lixão estaria bem mais cheio, né? Porque no caso todo esse material ia para lá, né? Então jogar fora aquilo que dá sustento para outras pessoas, né? [...] Então assim, a ASCCOR tinha que vir para poder estar mostrando o tanto de coisa que a gente tira do meio ambiente. (#E8)

Para #E3 a criação do espaço de comercialização regular contribuiu para aumentar a renda dos empreendimentos e promover inclusão.

A lojinha da economia solidária foi um bem para mim porque eu tive como vim para poder não só em questão de comercialização, mas de socialização, entendeu? [...] Não é um valor grande, mas o valor que entra ajuda mais ainda, né? Porque com cinco dias direto, a renda subiu bem, né? Para quem a renda era bem pouca, agora a gente nota que a renda subiu um pouquinho. (E#3)

Do ponto de vista econômico, sobre impacto na geração de renda, de uma forma geral, os representantes dos empreendimentos relataram que o tamanho dos empreendimentos não é restrição, já que além do ambiente de comercialização das Rede, eles têm outras formas de escoamento de produção.

Embora que a gente é pequeno, somos fraquinhos como dizem, mas a gente tem algumas coisas. Sempre os Empreendimentos têm. E nem tudo está aqui dentro da loja. Ele também passa a ser visível e comercializar em outros pontos, né? Por exemplo, o meu empreendimento comercializa aqui, comercializa na feira e eu tenho um delivery que eu entrego nas casas. (#E3)

O entrevistado #E10 aborda a resiliência econômica gerada pelos empreendimentos que beneficiam a economia local.

Eu acho que a economia solidária tem um impacto para dentro do município de Colatina muito importante. [...] É uma injeção de recurso para dentro do município, né? Porque são empreendimentos, são famílias que produzem, que geram renda, mas que também colocam essa renda para circular dentro do município. (#E10)

#E8 reflete a resiliência econômica construída por meio de uma gestão financeira colaborativa e eficiente, ao afirmar que "aqui é assim, eu faço as vendas do material e o dinheiro entra na conta. [...] Quando chega ao final do ano, aquele tanto que sobra, a gente divide entre nós. Isso dentro do empreendimento ASCCOR". Ainda, para #E8 a colaboração dentro da rede foi essencial para superar dificuldades econômicas e operacionais.

Depois da Rede a gente teve muita força. Força da rede para ajudar a gente. Às vezes as pessoas saíam com a gente para fazer conscientização, entendeu? [...] Aí o que eles fizeram? Eles lá da economia solidária [...] entraram em ação e vieram ajudar nós a limpar o galpão todinho. (#E8)

Os relatos de diversos entrevistados mostram como os empreendimentos estão diversificando canais de comercialização para ampliar sua resiliência econômica e

alcançar novos públicos. Além do apoio externo, como, por exemplo, a Cáritas Brasileira, contribuir para a formação da estrutura organizacional da Rede Colatina, também ajudou a fortalecer a sustentabilidade financeira dos empreendimentos por meio da aquisição de insumos e equipamentos. #E10 indica como o suporte externo ajudou os empreendimentos a crescerem de forma resiliente: “Nesse projeto em parceria com a Cáritas, a gente foi contemplado com alguns insumos, materiais, recursos, que ajudaram os empreendimentos. [...] Isso deu também um impacto positivo para que nós pudéssemos ficar juntos e continuar os trabalhos”.

Ainda sobre a sustentabilidade financeira, destaca-se nas entrevistas que a comercialização é o elemento central para a resiliência e o fortalecimento da rede: “A gente precisa comercializar os produtos, né? E participar exatamente para reforçar, para ter mais um no grupo para poder ajudar a economia solidária a se desenvolver ” (#E10). Isso produz um sentido de comunidade e do pertencimento, em que os representantes dos empreendimentos participam de “movimentos sindicais e das comunidades eclesiais de base, porque acreditamos que os grupos desfavorecidos precisam se unir para terem mais força” (#E10).

Há evidências do impacto social positivo da rede, especialmente no apoio a comunidades vulneráveis e com a contribuição para a economia local, como destaca #E10: “[...] é importante, na organização daqueles que têm menos poder aquisitivo e que conseguem se organizar em um grupo, né? Então traz sempre um impacto importante”.

A resiliência é promovida pelo modelo colaborativo da rede: “A rede promove não apenas a comercialização, mas também o fortalecimento do coletivo, com a circulação interna de produtos e serviços entre os empreendimentos” (#E10). Essa característica da rede é direcionada aos aspectos econômicos da resiliência,

conforme #E1: "Cada empreendimento deixa 20% da renda das vendas. E todos os resultados do centro são compartilhados e apresentados nas reuniões".

#E1 reflete como o apoio estrutural contribuiu para que os empreendimentos aumentassem sua resiliência financeira: "No início, a gente não tinha nem local. Eles que cederam o local, né? Isso ajudou muito porque sem espaço não conseguíamos vender ou expor nossos produtos". Ainda, destaca a capacidade de resiliência e solidariedade da rede ao enfrentar adversidades, garantindo a continuidade das atividades: "Na época da pandemia a gente se ajudou bastante porque a gente precisava inventar" (#E1).

4.3 PROPÓSITO E IMPACTO SOCIAL

Sobre o impacto na inclusão social, é evidenciado como a rede apoia a organização de grupos vulneráveis, promovendo inclusão social e valorização de habilidades. #E2 afirma que "a questão social também é importante, na organização daqueles que têm menos poder aquisitivo e que conseguem se organizar em um grupo. Então traz sempre um impacto importante".

O associativismo e o trabalho em rede promovem inclusão social e pertencimento.

Quando a gente está participando de um coletivo, e vou destacar aqui justamente o perfil que Colatina tem de participação de coletivo, movimento sindical forte, cooperativismo, associativismo. Então essas pessoas que estão na Rede principalmente desde o início, já são pessoas que estão vivendo o associativismo lá na sua base, na sua casa, na sua comunidade, então é um destaque justamente desse perfil associativista que nós já temos e isso favorece que a gente possa continuar o trabalho e contagiar as pessoas que vão chegando. (#E10)

O entrevistado #10, ressalta ainda que a relevância da rede em apoiar grupos vulneráveis, promove organização e inclusão: "Eu acho que a questão social também

é importante, na organização daqueles que têm menos poder aquisitivo e que conseguem se organizar em um grupo. Então traz sempre um impacto importante”.

A ASCCOR proporcionou dignidade, sustento e melhoria de condições de trabalho para seus associados, como destacado por E#8.

A ASCCOR veio para mexer com muita coisa, com muita gente. A ASCCOR para mim é meu sustento, sustento da minha família. [...] Quando surgiu a ASCCOR, tivemos um lugar digno de trabalho, que a gente sabia que no final do mês teria aquele valor para se manter. (E#8)

A rede promove visibilidade e inclusão social dos empreendimentos e indivíduos envolvidos, segundo #E8. Além disso, promove o reconhecimento das habilidades dos empreendedores, segundo #E9: "Você passa a ser visto. O seu trabalho. Isso ajuda. Você está ajudando e sendo ajudado, entendeu? Porque no momento que você entra numa rede, muitas pessoas sabem ali do seu trabalho, do que você faz.”

#E9 destaca como a economia solidária vai além do financeiro, promovendo um propósito social e comunitário.

É o resultado final, né? Porque a diferença da economia solidária para economia normal, vamos dizer assim, convencional, o produto final é a felicidade, né? Não é o dinheiro em si. [...] Felicidade, que disse anteriormente, é você realizar os seus sonhos. Dentro um espaço compartilhado, de uma comunidade. (#E9)

Trabalhar aí produtos sem veneno. O Sabão Ecológico que é a partir de um produto que iria impactar o meio ambiente, você reaproveitar. [...] A questão de se trabalhar em família e em grupo, né? Você pode ter até um funcionário e ainda você está dentro da economia solidária. (#E9)

A rede oferece apoio emocional e cria oportunidades de socialização, ajudando membros em situações de vulnerabilidade.

Eu trabalhei sempre na cidade, em comércio. Aí de repente eu saí do serviço e fui para a roça. [...] Aí foi que quando veio a lojinha da economia solidária, foi um bem para mim porque eu tive como vim para poder não só em questão de

comercialização, mas de socialização. [...] Com um problema como o meu caso, como eu tive, era esse início de depressão, essas coisas, então isso tá me ajudando muito. (#E3)

#E5 afirma que a rede possibilita crescimento financeiro e maior visibilidade aos empreendimentos associados. Mas, não apenas promove a comercialização de produtos, também cria espaços de integração e socialização entre os membros: "Se associar trouxe vantagem financeira mesmo, para agregar mais valores para gente. E por ser muito conhecida em Colatina" (#E5).

Os empreendimentos promovem práticas ambientais responsáveis e fortalecem tradições locais: "A gente que mora na roça tem muito cuidado. Fazemos o descarte do lixo de forma correta. Cuida das reservas e nascentes" (E#5). O espaço físico de comercialização é importante para promover inclusão e visibilidade: "Agora está todo mundo conhecendo que está num lugar muito visto. [...] Cada dia mais está aumentando. Então essa exposição da rede com um ponto novo gera esse impacto para o município" (E#5).

#E3 destaca como a rede valoriza as habilidades dos empreendedores, promovendo seus trabalhos e gerando impactos econômicos benéficos.

A divulgação do nosso produto, né? Porque muita gente não conhecia o nosso trabalho. [...] Então, quer dizer, isso aqui foi 10 para cada um de nós. Não é um valor grande, mas o valor que entra ajuda mais ainda. (E#3)

Há um desejo de criar um ambiente acolhedor e transformar o espaço compartilhado em algo que promova integração e pertencimento comunitário. Segundo #E3, "se a gente faz um trabalho nessas paredes, arruma direitinho, bota uns vasos de flor, chama mais atenção ainda com as pessoas? Nós vamos estar aqui. Nós vamos cuidar".

Ressalta-se o papel da comercialização como ferramenta de impacto social e a importância de parcerias externas no fortalecimento da rede. Neste contexto,

observa-se como a estrutura da rede facilita a integração de novos empreendimentos e amplia o impacto social e econômico.

Se a rede se fortalece, ela traz um impacto para outras pessoas. Por exemplo, a gente abriu esse ponto aqui num lugar mais estratégico. Já conseguimos trazer mais empreendimentos para dentro. O intuito é ampliar essa rede, porque muitas pessoas têm dificuldade para comercializar." (#E3)

O papel colaborativo da rede em situações de crise determina sua capacidade de mobilização, como enfatizado por #E8: "Depois da Rede a gente teve muita força. Força da rede para ajudar a gente. [...] eles entraram em ação e vieram ajudar nós a limpar o galpão todinho" (E#8). O papel colaborativo da Rede Colatina fortalece seus membros e cria um ambiente de suporte mútuo, segundo #E8.

A rede contribuiu para transformar habilidades individuais em oportunidades econômicas e sociais. E#9 ressalta que: "Desde 2004 comecei a fazer cursos de formação, de capacitação, rural. [...] Empreender foi uma forma de alavancar a própria região, o próprio território. Dar utilidade a tudo aquilo que já estava disponível ali".

Destaca-se o papel da Cáritas Brasileira no fortalecimento da rede e na inclusão de grupos vulneráveis. O entrevistado #E10 demonstra como o apoio externo fortaleceu os empreendimentos e aumentou sua capacidade de gerar impacto.

Nesse projeto em parceria com a Cáritas, a gente foi contemplado com alguns insumos, materiais, recursos, que ajudaram os empreendimentos. Então isso acredito que deu também um impacto positivo para que nós pudéssemos ficar juntos e continuar os trabalhos. (#E10)

Evidencia-se a contribuição da rede para a sustentabilidade econômica e inclusão social no território, com o fortalecimento de um espaço comunitário e busca por justiça social. #E10 reflete: "Eu acho que a economia solidária tem um impacto para dentro do município de Colatina muito importante. [...] São empreendimentos, são famílias que produzem, que geram renda, mas que também colocam essa renda para circular dentro do município". E sugere:

A gente precisa cada vez mais estarmos reunidos, organizados em coletivo, com uma pauta comum. É aí que a gente faz as conquistas. Então a gente não vem para rede com o incentivo só de vender, só comercializar. Mas vem também para fortalecer um coletivo que, além da comercialização, tem outras pautas muito importantes. Inclusive a discussão política da cidade. (E#10)

Isso é reforçado por #E8, dando como exemplo a valorização do trabalho dos catadores.

Eu gostaria que a ASCCOR fosse mais conhecida, fosse mais visualizada, que as pessoas pudessem ter consciência da separação desse material. [...] Então jogar fora aquilo que dá sustento para outras pessoas é algo que precisa ser mais trabalhado. (E#8)

O bem-estar mental e a integração comunitária andam juntas, conforme #E1:

"Marias e Marias não é só para ganhar dinheiro. [...] Eu acho que é uma coisa que nos ajuda muito, tanto financeiramente, mas ajuda a gente muito porque às vezes a gente fica parado". Refletindo mais profundamente, #E1 entende a importância da rede como espaço de inclusão social e suporte emocional para seus membros, dando destaque para o empoderamento das mulheres, especialmente em situações de vulnerabilidade, ao afirmar que "o propósito era de ajudar mesmo as meninas".

4.4 DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Participantes da rede, como #E10, mostram como o apoio financeiro ajudou a implementar práticas inovadoras nos empreendimentos e indicam a importância da diversidade de setores representados na rede em adaptação às demandas locais, evidente em sua fala: "Quem participou daquele projeto de Cáritas recebeu um recurso, né? Então teve também esse impacto para melhorar, para comprar recursos e equipamentos. [...] Os panificadores compram produtos também. O sabão comprou soda. Equipamentos e insumos".

Tem a Maria também que é do Sítio Aurora. E tem os panificadores. Que tem aí o Marcelo da Blazer Produtos Caseiros, os produtos da Eliana. E tem o

artesanato, né? [...] Tem charcutaria hoje. Questão da carne. Tem da madeira também." (E#10)

A criação de um ponto de comercialização fortaleceu a rede, tornando-a mais resiliente e inovadora.

A loja, o centro de comercialização, foi muito importante para que esse grupo realmente se estruturasse, né? Era um incentivo ali a mais para que o grupo realmente não ficasse só se reunindo, fazendo reunião. Tinha um incentivo. Tinha comercialização. (E#10)

A gente aprendeu muita coisa nova e foi se adaptando. Antes só vendíamos nas feiras, e agora temos um ponto fixo que ajuda a divulgar mais o nosso trabalho. Cada vez mais estamos crescendo com novas ideias e produtos. (E#5)

#E8 destaca a importância da formação como meio de promover inovação e desenvolvimento nos empreendimentos: "A gente aprendeu muito com a economia solidária. Eles ensinaram muito para gente. A gente teve alguns cursos". Isso é corroborado por #E9 ao afirmar que a capacitação foi essencial para transformar recursos locais em atividades econômicas produtivas e inovadoras, no que é alinhado à opinião de #E3.

Desde 2004 comecei a fazer cursos de formação, de capacitação, rural. Então como eu gosto de ficar na roça, é uma saída esse entendimento. Fazer alguma coisa que alavancasse uma economia. Então empreender foi uma forma de alavancar a própria região, o próprio território. Dar utilidade a tudo aquilo que já estava disponível ali. (E#9)

Eu lembro que tinha muita formação, pelo menos uma vez por semana nós tínhamos. Que era feita lá mesmo onde era a lojinha, no antigo Restaurante Popular. [...] Nós tivemos formações fora do estado para poder participar. [...] Eu mesmo fui junto com outro empreendimento que faz roupinhas de bebê. Nós fomos até Fortaleza. (E#3)

A adaptação prática fortaleceu a rede e ampliou a exposição dos empreendimentos, no que tem papel importante na comunicação. E#9 destaca: "No novo espaço de comercialização, as pessoas têm oportunidade de vender todos os dias, e há sempre um rodízio de associados para manter a loja ativa, mesmo que alguns não tenham produtos para expor naquele momento".

Acho que é a divulgação. No geral. Tanto do que é a economia solidária, né? Principalmente isso. As pessoas vêm conhecer a loja, querem conhecer os empreendimentos, os empreendedores. Também das pessoas se reunirem mais vezes em assembleia. Divulgar a importância de ter a economia solidária. (E#9)

A inovação pode ser exemplificada pelo uso criativo de resíduos para gerar valor, promovendo sustentabilidade: "O Sabão Ecológico, que é a partir de um produto que iria impactar o meio ambiente, reaproveita esse recurso para algo útil. [...] Isso conecta os empreendimentos e fortalece a ideia de inovação coletiva" (E#9).

A valorização de práticas locais fortalece a identidade e atrai consumidores: "Os produtos feitos no fogão a lenha, sem conservantes ou químicos, são o nosso diferencial. É algo que as pessoas procuram e valorizam porque sabem que é autêntico e feito com carinho" (E#5). Isso vem sempre em paralelo com o investimento em formação como fator chave para a inovação e a melhoria dos processos: "Os cursos que fizemos nos ajudaram a melhorar os produtos, desde a apresentação até a qualidade. Sempre tem algo novo para aprender e aplicar" (#E5).

Iniciativas criativas, como a decoração do espaço físico com flores e elementos artesanais, podem impactar positivamente a percepção do público e o desempenho do empreendimento (#E5). Isso é um passo simples e que não implica na busca pela adaptabilidade da rede a ferramentas digitais para comunicação e gestão, já que "a gente troca informações e reúne pelo WhatsApp. Tem reuniões presenciais e pela internet (E#1).

4.5 CULTURA E IDENTIDADE COLETIVA

Nota-se conexão entre os empreendimentos da Rede Colatina e a valorização das tradições culturais, bem como o fortalecimento das comunidades e a colaboração

reforçam o senso de identidade coletiva. Ressalta-se, neste sentido, o papel do artesanato e da agroecologia na preservação das raízes culturais. Isso é evidente na fala de #E2: “O artesanato, como os trabalhos da Verônica, ajuda a manter vivas as tradições manuais e culturais, representando nossa região”.

#E9 aborda o fortalecimento do senso de comunidade e o impacto emocional positivo dos empreendimentos solidários ao afirmar que “a felicidade é você realizar os seus sonhos. Dentro de um espaço compartilhado, de uma comunidade”. Ainda, enfatiza a conexão com práticas locais e sustentáveis, reforçando a identidade da rede com ações de impacto.

Há um compromisso coletivo com valores compartilhados que fortalecem a identidade cultural e ambiental da rede: “Nossa união, nosso jeito de defender a natureza e de buscar a felicidade” (#E9). #E3 reflete sobre como a rede valoriza as tradições culturais por meio do turismo e práticas comunitárias: “Nós participamos também dessa rota de turismo. Então isso tudo foi juntando e foi só agregando e nos ajudando, né, a chegarmos até aqui”.

A participação em iniciativas turísticas ajuda a preservar e valorizar a identidade cultural da comunidade: “Nós participamos também dessa rota de turismo. Então isso tudo foi juntando e foi só agregando e nos ajudando, né, a chegarmos até aqui” (E#5). Além disso, #E5 destaca como a Rota da Pereveca serve para reforçar as tradições e a conexão com o território.

Solidariedade e o senso de pertencimento fortalecem os laços comunitários: “Acho que é a unidade, né? A união de pessoas, que se colocam em abertura para poder vivenciar um crescimento não só econômico, mas de humanidade” (E#5). Há um sentimento de que na rede não se trata apenas de vender produtos, mas que cada um com sua “história, se conecta com a história dos outros” (#E5).

#E1 realça a importância do espaço físico na criação de identidade coletiva e na visibilidade da rede: "O ponto aqui é ótimo, excelente. Além de ser maior tem mais pessoas, mais clientes. O povo está vendo né? Lá era mais escondido." Ainda, destaca a preservação das práticas culturais e o fortalecimento dos laços comunitários por meio da participação em eventos tradicionais: "A gente fazia os nossos trabalhos e vendia. Quando tinha festa a gente levava as barraquinhas" (#E1).

Capítulo 5

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A criação da Rede Colatina foi respaldada por movimentos de apoio da Cáritas e de políticas públicas, similar ao que Monteiro e Gonçalves (2020) descrevem sobre o papel dos empreendedores políticos como Paul Singer, que trabalham para incluir a economia solidária na agenda pública. O apoio público é fundamental, mas, conforme Singer argumenta, a sustentabilidade e eficácia dependem da capacidade dos membros de manter a autogestão e a solidariedade.

Um dos pilares da economia solidária destacado é o apoio entre os empreendimentos, que compartilham recursos, conhecimentos e responsabilidades. A categorização das entrevistas dos diversos empreendimentos da Rede Colatina de Economia Solidária permitiu observar uma estrutura de governança bem definida - uma estrutura participativa que combina organização interna e valores de economia solidária, sendo inclusiva e voltada para a coletividade.

A maior parte dos empreendimentos destacou a governança participativa, com decisões sendo tomadas de forma coletiva e em assembleias, reforçando o senso de pertencimento e empoderamento entre os membros. A formalização da rede através de leis e apoio público foi relatada como uma conquista central para a estruturação formal e legal da Rede Colatina.

A economia solidária nas entrevistas e documentos analisados aparece como um modelo alternativo e transformador da economia convencional, baseado na cooperação, no respeito à dignidade humana e no compromisso com a sustentabilidade social e ambiental. As conclusões sobre economia solidária incluem:

- a) Práticas sustentáveis e impacto social: A economia solidária, como observada nos empreendimentos como "Sabão Ecológico" e "Sítio Aurora", não se limita à geração de renda, mas busca criar um impacto social significativo. A prática de reutilização de materiais, a valorização de produtos agroecológicos e a promoção da inclusão social são exemplos claros de como a economia solidária busca responder às necessidades da comunidade de forma sustentável.
- b) Inclusão social e justiça econômica: O propósito de inclusão social e justiça econômica é um dos pilares da economia solidária. As entrevistas revelam que a rede oferece apoio a grupos vulneráveis, oferecendo espaço para a valorização de suas habilidades, desenvolvimento de capacidades e, conseqüentemente, a promoção de uma maior equidade social. A integração das comunidades rurais e urbanas na rede reflete a busca pela igualdade e a redução das desigualdades.
- c) Fortalecimento da identidade coletiva: A economia solidária também é vista como uma forma de fortalecer a identidade coletiva, preservando tradições culturais e promovendo um senso de pertencimento. O comprometimento com a preservação cultural, como discutido nos empreendimentos como "Sítio Aurora", é um exemplo de como a economia solidária vai além da questão econômica, tocando em aspectos de identidade, cultura e valores compartilhados.
- d) Sustentabilidade como princípio central: Tanto nas entrevistas quanto no Regimento Interno do CCES, a sustentabilidade é mencionada como uma característica essencial da economia solidária. Os empreendimentos discutem o uso de práticas ambientais responsáveis,

e o compromisso com a sustentabilidade é formalizado nas normas e objetivos do CCES, como visto no incentivo a produtos agroecológicos e práticas que respeitam o meio ambiente.

- e) Resiliência: A economia solidária também demonstra uma resiliência ao apoiar empreendimentos que não dependem de grandes capitais financeiros ou da lógica de mercado tradicional, mas sim da cooperação e do fortalecimento mútuo. O modelo de contribuição financeira, como a contribuição mensal sobre as vendas dos empreendimentos no CCES, mostra uma forma de colaboração financeira que ajuda a garantir a continuidade da rede, sem depender exclusivamente de grandes investidores.

A categoria A. Estrutura e Governança Organizacional emerge como um eixo central para compreender a longevidade e a sustentabilidade das redes de economia solidária. A análise dos dados revela aspectos estruturais e funcionais que conferem coesão e direcionamento aos empreendimentos participantes, ao mesmo tempo em que destacam a relevância de uma governança formalizada e participativa. Um ponto de destaque é a formalização jurídica da rede, que inclui a abertura de conta bancária e a estruturação de cargos. Esse elemento evidencia como a institucionalização das redes promove a clareza de papéis, assegura acesso a recursos financeiros e contribui para a gestão democrática. Além disso, a estrutura funcional, representada pela divisão de responsabilidades entre presidente e vice-presidente, confere dinamismo à governança.

A implementação de conselhos participativos, como o Conselho de Economia Solidária, reforça a integração de diferentes setores, ampliando as oportunidades de diálogo e colaboração. O papel desses conselhos é ilustrado pelo trecho: "Após isso,

a criação do conselho de economia solidária foi um marco para unir vários setores e fortalecer a atuação da rede" (Entrevistado #4) Tal prática não apenas fomenta a inclusão de múltiplos atores no processo decisório, mas também promove a articulação com atores externos, como a prefeitura, consolidando uma rede de apoio mais ampla.

A descrição da Rede Justa Trama, realizada pelos autores Moura et al. (2023), evidencia como uma estrutura participativa e democrática fortalece o engajamento dos membros e permite que as decisões sejam tomadas de forma coletiva, aspectos observados também na governança da Rede Colatina. A formalização da rede encontra paralelo na constituição formal das redes descritas no estudo, como a Justa Trama, que opera com níveis bem definidos de articulação entre seus membros.

Outro aspecto relevante é a influência do apoio institucional e legislativo, refletido no incentivo à criação de políticas públicas que viabilizam práticas sustentáveis e solidárias. Essa relação evidencia o papel fundamental de parcerias com o setor público para a consolidação de práticas de governança inovadoras.

Callegaro et al. (2022) destacam que, sob a ótica da ANT, uma rede é formada e sustentada por associações contínuas entre atores, sejam eles humanos (como os membros dos empreendimentos) ou não humanos (leis, regulamentos, políticas públicas, tecnologias). Essa ideia ressoa com a formalização da Rede Colatina, que é apresentada como resultado de interações dinâmicas entre empreendimentos, agentes públicos e outras instituições de apoio, como a Cáritas, por exemplo. A inclusão de conselhos participativos e a implementação de políticas públicas revelam um esforço de "tradução" dos interesses de diferentes atores para criar uma governança funcional e colaborativa.

A estruturação formal da Rede Colatina, descrita como um eixo central, encontra respaldo no trabalho de Abrahan e Maehler (2021), que enfatizam a importância de núcleos interdisciplinares para fomentar a economia solidária, destacando o papel das universidades como mediadoras e catalisadoras de processos sociais, econômicos e culturais. Essa perspectiva se alinha com os resultados da Rede Colatina, que também se beneficia de parcerias institucionais para consolidar sua governança e ampliar o alcance de suas ações.

Moura et al. (2023) destacam que as Redes de Economia Solidária (RES) se constituem como estratégias coletivas que articulam produção, comercialização e inclusão social de forma autossustentável, em contraposição ao modelo capitalista tradicional. Essa definição dialoga diretamente com as práticas da Rede Colatina, que opera como uma rede formalizada e participativa, baseada na troca de saberes e na valorização da cultura local. Assim como as redes descritas por Moura et al., a Rede Colatina exemplifica a capacidade das RES de transformar desafios econômicos e sociais em oportunidades de fortalecimento coletivo.

A análise da categoria A. destaca ainda a importância de democratizar a participação e estimular o senso de pertencimento entre os integrantes da rede. Esses aspectos são essenciais para assegurar o engajamento e a continuidade das práticas colaborativas, fortalecendo o propósito social dos empreendimentos. Alinhado a isso, Zanetoni et al. (2023) ressaltam a importância da governança local e da gestão coletiva nas organizações da economia social e solidária, enfatizando processos decisórios que priorizam a autonomia e a equidade entre os membros. Esses elementos ecoam diretamente nos achados sobre a Rede Colatina, que demonstrou forte engajamento em práticas de tomada de decisão coletiva e governança

participativa, fortalecendo o senso de pertencimento entre os membros e promovendo a autogestão.

A categoria B. Sustentabilidade e Resiliência reflete como os empreendimentos da Rede Colatina de Economia Solidária têm integrado práticas ambientais e sociais ao seu modelo de governança, promovendo impactos significativos tanto localmente quanto em uma escala mais ampla. A análise dos dados revela um compromisso contínuo com práticas sustentáveis e a capacidade de adaptação frente aos desafios ambientais e sociais, garantindo a resiliência dos empreendimentos.

O papel das RES como motor de inovação e sustentabilidade, enfatizado no estudo de Moura et al. (2023), ressoa com a ênfase da Rede Colatina em práticas ambientalmente responsáveis, como a reciclagem de óleo e a conscientização ambiental. Da mesma forma, a Rede Ecovida de Agroecologia, mencionada no trabalho dos autores supracitados, prioriza a sustentabilidade e o fortalecimento de núcleos regionais como estratégia de articulação. Esses exemplos ilustram como a integração de empreendimentos pode potencializar o impacto social e ambiental, promovendo práticas éticas e sustentáveis, alinhadas aos objetivos da Rede Colatina.

Um exemplo notável é a conscientização ambiental relacionada à gestão de resíduos. A prática de reciclagem de óleo, por exemplo, evita o descarte inadequado no meio ambiente. Essa iniciativa não apenas reduz impactos ambientais diretos, mas também promove a conscientização entre os membros da comunidade, criando uma cultura de responsabilidade compartilhada. A sustentabilidade ambiental aparece como uma prioridade na maioria dos empreendimentos. Essas ações são fundamentais para moldar comportamentos mais alinhados com a preservação ambiental, fortalecendo o impacto das redes de economia solidária enquanto agentes de transformação social. Adicionalmente, os dados revelam a importância do

alinhamento entre práticas econômicas e ambientais, destacando como a sustentabilidade é percebida não apenas como uma estratégia, mas como uma diretriz ética que norteia as decisões das redes.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da economia local por meio de práticas resilientes e solidárias. Por fim, o papel das parcerias externas, como a Secretaria de Assistência Social, é destacado como um catalisador de impacto social e ambiental, evidenciando-se a importância de articulações institucionais para ampliar o alcance das práticas sustentáveis e promover um impacto mais significativo nas comunidades atendidas.

A partir dessa análise, fica claro que a sustentabilidade e a resiliência são elementos fundamentais na governança da Rede Colatina, não apenas como resposta aos desafios contemporâneos, mas como um modelo inspirador para outras redes de economia solidária. Esses empreendimentos, ao adotarem práticas ambientalmente responsáveis e socialmente inclusivas, oferecem um exemplo concreto de como alinhar valores econômicos, ambientais e sociais em prol de um futuro mais sustentável.

A categoria C. Propósito e Impacto Social, destaca como a Rede Colatina de Economia Solidária transcende os objetivos econômicos tradicionais, promovendo transformações profundas no âmbito pessoal, comunitário e cultural. O propósito social, central para os empreendimentos, reflete-se em iniciativas voltadas à inclusão, fortalecimento de vínculos comunitários e valorização da identidade cultural dos participantes. Um dos aspectos mais significativos é o impacto emocional e cultural gerado pela economia solidária e exemplifica-se como o valor emocional associado aos produtos reforça a conexão entre consumidores e empreendimentos.

A inclusão econômica de grupos vulnerabilizados emerge como outro pilar essencial. Revela-se o compromisso em proporcionar condições para que pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso a novos meios de subsistência. Essa abordagem destaca como a economia solidária não se limita à geração de renda, mas busca a emancipação social e econômica de seus participantes.

A formalização das redes e seu impacto na comunidade local são igualmente relevantes. Demonstra-se como a estruturação jurídica fortalece a governança e potencializa o alcance social das iniciativas. Esse processo legitima os empreendimentos, promovendo sua inclusão em cadeias produtivas mais amplas e permitindo maior resiliência frente aos desafios econômicos. Ademais, as iniciativas da rede estimulam a transformação pessoal e comunitária, evidenciando-se como o trabalho coletivo proporciona não apenas resultados tangíveis, mas também realizações subjetivas que transformam as vidas dos envolvidos, promovendo um senso de pertencimento e identidade.

Por fim, a escolha de locais estratégicos para comercialização apareceu como um ponto relevante, visto que é reconhecida a importância do planejamento espacial para maximizar o impacto das ações. A localização adequada não apenas facilita a circulação dos produtos, mas também amplia o engajamento comunitário e a visibilidade dos empreendimentos.

Abrahan e Maehler (2021) destacam que a economia solidária não é apenas uma ferramenta para o desenvolvimento econômico, mas uma estratégia de emancipação social. Esse ponto encontra eco na sua discussão sobre o impacto social e cultural da Rede Colatina. A valorização dos saberes locais e a promoção de práticas inclusivas e transformadoras, como o resgate cultural e a integração de grupos vulnerabilizados, ilustram como as redes de economia solidária podem ser

agentes de mudança estrutural, promovendo não apenas geração de renda, mas também identidade e pertencimento. Neste sentido, evidencia-se como a Rede Colatina de Economia Solidária atua como um agente transformador, alinhando objetivos econômicos a valores sociais e culturais. Ao promover inclusão, narrativas emocionais e transformação comunitária, a rede se torna um exemplo de como as práticas solidárias podem impactar.

Na ênfase na inovação como prática social, segundo Abrahan e Maehler (2021), a interdisciplinaridade e a colaboração entre diferentes atores são apresentadas como motores de inovação para as redes solidárias. Da mesma forma, na Rede Colatina, a colaboração entre empreendimentos, o compartilhamento de recursos e saberes, e as estratégias de visibilidade e comercialização demonstram como a inovação organizacional e cultural é fundamental para o fortalecimento da rede.

A categoria D. Desenvolvimento e Inovação evidencia o papel central da criatividade e da adaptação nas práticas dos empreendimentos da Rede Colatina de Economia Solidária. A análise demonstra como estratégias colaborativas, inovação organizacional e visibilidade se tornam fatores cruciais para impulsionar o impacto social, fortalecer a rede e garantir sua sustentabilidade.

Callegaro et al. (2022) argumentam que redes colaborativas são espaços de inovação contínua, onde a identidade coletiva é moldada pelas interações. Na Rede Colatina, as trocas de saberes, a valorização da cultura local e o fortalecimento da identidade associativa são evidências de como a colaboração cria novos significados e práticas para os empreendimentos. A escolha de locais estratégicos para comercialização e a criação de narrativas em torno dos produtos são práticas que articulam inovação e pertencimento, alinhando-se à visão da ANT.

A colaboração entre empreendimentos reforça a importância do trabalho coletivo como motor de inovação. Essa prática, alinhada aos princípios da economia circular, promove o compartilhamento de recursos, saberes e oportunidades, tornando os empreendimentos mais resilientes frente aos desafios econômicos e sociais.

Outro ponto de destaque é a inovação organizacional ancorada na participação ativa dos membros. A criação de um sistema integrado entre produção e comercialização estimula o engajamento dos participantes e o senso de responsabilidade compartilhada, além de gerar resultados tangíveis para os empreendimentos. Além disso, a participação ativa dos membros nas decisões fortalece o senso de pertencimento e o compromisso coletivo e a ênfase em práticas de autogestão e cooperação para superar desafios operacionais e econômicos, ecoa diretamente a governança participativa praticada na Rede Colatina.

A necessidade de visibilidade e divulgação aparece como um desafio transversal para os empreendimentos da rede, enquanto a inovação em marketing e a conscientização do público sobre os valores da economia solidária tornam-se ferramentas indispensáveis para alcançar novos mercados e consolidar a rede. A relevância da conscientização como elemento de inovação fortalece a imagem dos empreendimentos e promove a valorização das histórias por trás dos produtos, gerando uma conexão mais profunda com os consumidores e com a comunidade local.

Por fim, ressalta-se que o desenvolvimento e a inovação não se limitam à introdução de novas práticas ou tecnologias, mas incluem a capacidade de repensar as estratégias existentes e adaptá-las às realidades locais. Ao abraçar a criatividade como um pilar central de sua governança, a Rede Colatina se posiciona como um exemplo de como a economia solidária pode inovar e gerar impacto transformador.

A categoria E. Cultura e Identidade Coletiva destaca como os valores culturais e associativos moldam as práticas e os significados da Rede Colatina de Economia Solidária. A análise dos dados evidencia que a preservação e valorização das identidades locais, aliadas ao fortalecimento do senso de pertencimento, têm papel central na sustentabilidade e engajamento comunitário. Um dos aspectos mais relevantes é o resgate cultural promovido pelos empreendimentos. Ressalta-se que a valorização de saberes tradicionais e a integração de práticas artísticas e culturais são motor de pertencimento e identidade. Esse processo fortalece a rede, conectando seus membros em torno de um propósito compartilhado. A valorização comunitária emerge como um pilar essencial para consolidar a cultura solidária. A liderança comunitária e o engajamento coletivo criam dinâmicas de fortalecimento mútuo, e essa valorização mobiliza os atores internos, mas também inspira a comunidade a adotar práticas sustentáveis e solidárias.

Outro elemento importante é o intercâmbio de saberes, ilustrando uma dinâmica de aprendizado coletivo que reforça a coesão social e a criação de uma identidade cultural sólida, ao mesmo tempo em que promove o compartilhamento de práticas inovadoras e sustentáveis. Além disso, a identidade associativa é um aspecto central na estrutura da rede, sendo que a participação em atividades coletivas fortalece o vínculo entre os membros e potencializa a sensação de pertencimento. Essa identidade mostra-se essencial para manter o engajamento e a resiliência frente aos desafios.

Por fim, a relação entre cultura e políticas públicas é destacada como uma oportunidade de expansão e fortalecimento. Ressalta-se a importância de integrar iniciativas culturais com estratégias institucionais, criando uma sinergia que amplia o impacto social e econômico. Evidencia-se também que a construção de uma

identidade sólida e a valorização da cultura local são elementos cruciais para o sucesso e a sustentabilidade da Rede Colatina de Economia Solidária. Esses fatores têm o potencial de promover o engajamento dos participantes e ampliar a visibilidade e o impacto da rede, transformando-a em um exemplo de inovação social e cultural.

A análise dos dados evidencia que a estruturação formal e o fortalecimento das redes de apoio, como observado nos dados do CAF, criam condições para que os empreendimentos solidários alcancem maior estabilidade e impacto sustentável. A interação entre governança eficiente e práticas inovadoras discutidas é potencializada pelo suporte das cooperativas e centros de comercialização, que promovem a colaboração e a circulação econômica em rede. Além disso, o papel do SEMAS reforça a importância da visibilidade e da integração social, demonstrando como a socialização e o vínculo comunitário podem ser ampliados quando há uma articulação efetiva com políticas públicas que atendem a demandas específicas.

Por outro lado, o STR exemplifica como a valorização da cultura e da identidade coletiva fortalece o senso de pertencimento e cria uma conexão mais profunda entre os atores internos e externos. Essa dinâmica é fundamental para alinhar a identidade dos empreendimentos aos objetivos de sustentabilidade e impacto social. Os resultados também revelam que iniciativas sindicais bem estruturadas podem atuar como catalisadores de mudanças sociais e econômicas, oferecendo suporte técnico e emocional para os participantes da rede.

Os resultados revelam uma rede complexa e interconectada, em que os diferentes aspectos - governança organizacional, sustentabilidade e resiliência, propósito e impacto social, desenvolvimento e inovação, e cultura e identidade coletiva - se complementam e reforçam mutuamente. A governança formalizada e participativa fornece uma base estrutural sólida para que os empreendimentos possam operar de

forma democrática e eficiente, enquanto a sustentabilidade e a resiliência garantem a continuidade das ações em um contexto de desafios ambientais e econômicos. Esse alicerce é amplificado por práticas que promovem inovação e visibilidade, fortalecendo a conexão dos empreendimentos com as comunidades locais e expandindo seu alcance. Esses elementos estruturais e operacionais são permeados pela valorização da identidade cultural e pela integração de saberes, que agregam profundidade emocional e social às práticas da rede.

A articulação entre essas dimensões cria um ciclo virtuoso: a governança eficaz e o alinhamento com valores de sustentabilidade permitem a inovação e o fortalecimento das práticas solidárias, que, por sua vez, reforçam a identidade coletiva e o propósito social. Esse ciclo não apenas potencializa os resultados individuais de cada empreendimento, mas também amplia o impacto coletivo da Rede Colatina como um todo. Dessa forma, a integração de estruturas formais com práticas inovadoras e culturalmente enraizadas transforma a rede em um exemplo inspirador de como a economia solidária pode operar como uma alternativa viável e transformadora no cenário socioeconômico contemporâneo.

A rede também serve como suporte para seus membros, oferecendo apoio psicológico e social, especialmente para mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade, como no caso da ASCCOR e Maria e Marias. Esse apoio vai além do econômico, fornecendo um espaço seguro e de valorização social. A ênfase em inclusão social e empoderamento, particularmente para mulheres e grupos vulneráveis, reflete o estudo de Monteiro e Gonçalves (2020), que discute como a economia solidária busca construir uma alternativa inclusiva e empoderadora frente aos modelos tradicionais. Nas entrevistas, empreendimentos como os supracitados evidenciam o papel da rede na criação de um ambiente inclusivo, o que é destacado

na literatura como parte do esforço da economia solidária para empoderar grupos marginalizados através da autogestão e do cooperativismo.

A nova localização do centro de comercialização trouxe maior visibilidade e contribuiu para aumentar as vendas, reforçando o impacto positivo da rede sobre a economia local. Os empreendimentos geram renda diretamente no município de Colatina, incentivando a economia local e promovendo uma economia circular.

Embora a rede tenha conseguido apoio significativo, especialmente da Secretaria de Assistência Social, há desafios na manutenção de uma relação contínua com outras secretarias e órgãos municipais. Em alguns casos, a falta de uma secretaria específica para economia solidária impede um suporte mais efetivo, destacando uma fragilidade no apoio público.

A formalização, que incluiu o desenvolvimento da Lei de Fomento à Economia Solidária do município e a criação de um CNPJ próprio, foi essencial para a continuidade e credibilidade da rede. Essa estruturação trouxe estabilidade e fortaleceu a capacidade da rede de enfrentar desafios financeiros e políticos. A resiliência dos membros da rede é evidente em sua capacidade de se adaptar, mesmo com mudanças de espaço e gestão pública.

A rotatividade nas funções e o engajamento de todos os membros na tomada de decisão reforçam um modelo de autogestão característico de economias solidárias. Os membros valorizam a cooperação, com um modelo em que o sucesso de um empreendimento impacta e fortalece a rede como um todo. Enquanto há informação de que as reuniões são frequentes, a presença de conselhos e a transparência financeira com todos os membros refletem uma governança participativa e democrática, por outro lado ainda há baixa participação em reuniões e decisões.

Apesar do modelo de governança participativa, algumas entrevistas apontam que nem todos os membros participam ativamente das reuniões e processos decisórios. Em vários casos, membros menos ativos acabam ficando desinformados sobre decisões importantes, o que prejudica a coesão e enfraquece a governança. Constatou-se que esse problema se torna mais evidente para os empreendimentos mais novos, que ainda estão se ajustando ao formato de autogestão, e para aqueles com maior dificuldade de acesso, como os empreendimentos situados no interior.

Ou seja, há também dificuldades de comunicação e integração entre membros e a comunicação interna poderia ser mais eficaz. O uso de redes sociais e aplicativos de mensagens, embora útil, não substitui totalmente a necessidade de encontros presenciais e formações regulares, considerada importante para a integração de novos membros e para manter todos informados sobre os valores e procedimentos da economia solidária.

Outro ponto importante é que enquanto a governança da rede depende fortemente do entendimento dos princípios de economia solidária, alguns membros relatam a falta de estrutura de formação contínua. O aprendizado é essencial para integrar novos membros e para fortalecer o entendimento dos princípios coletivos entre todos, mas essa área demonstra receber um suporte limitado atualmente.

A união em torno de valores de solidariedade e cooperação demonstra que a rede não se limita ao ganho econômico, mas visa também à inclusão social e ao suporte mútuo. Essa abordagem fortalece a coesão entre os empreendimentos e cria um ambiente de apoio coletivo, no qual todos se beneficiam do crescimento da rede como um todo. Porém, a autossuficiência financeira da rede depende das contribuições dos empreendimentos e de doações intermitentes. A sustentabilidade financeira é ainda uma área frágil, especialmente se o apoio público e das entidades

de fomento falhar. A falta de uma reserva financeira sólida para emergências ou expansão pode limitar o crescimento e expor a rede a riscos financeiros.

As práticas sustentáveis são um ponto alto da rede, com muitos empreendimentos adotando iniciativas como a reciclagem de materiais e a produção orgânica. Esses esforços, além de reduzirem o impacto ambiental, geram valor para os consumidores, que buscam produtos com responsabilidade ecológica. Além disso, os empreendimentos proporcionam alternativas de renda e empregos locais, colaborando para o fortalecimento do mercado interno. O uso de insumos locais e a circulação econômica na comunidade criam uma economia mais resiliente e sustentável, beneficiando especialmente as áreas rurais e produtores locais.

A abordagem sustentável dos empreendimentos, como o uso de materiais recicláveis e práticas de agricultura orgânica, está em sintonia com o estudo de Flamini et al. (2022), que exploram a conexão entre economia solidária e educação ambiental. Os autores destacam como a economia solidária pode atuar na educação ambiental, promovendo uma mudança cultural e práticas sustentáveis que ampliam o impacto socioeconômico e ambiental.

Nas entrevistas, um tema recorrente é a importância da formalização para a estrutura e crescimento dos empreendimentos. O estudo Lima e Kühl (2023) mostra que a formalização de cooperativas é uma oportunidade crítica para acessar recursos e garantir sustentabilidade econômica a longo prazo. Isso se alinha com os relatos dos empreendimentos da Rede Colatina, que indicam como o registro formal e o apoio do poder público possibilitaram maior visibilidade e oportunidades de financiamento.

O envolvimento do governo é visto como um suporte valioso, sobretudo para o acesso a recursos e infraestruturas que possibilitem o crescimento da rede. No

entanto, alguns empreendimentos destacam a necessidade de maior conscientização e apoio constante do governo para consolidar a economia solidária no município.

No caso do Sabão Ecológico, por exemplo, a formalização é destacada como um fator que permitiu acesso a novos mercados, refletindo a importância dessa prática, conforme discutido por Lima e Kühl (2023), que associam a formalização a uma gestão mais eficiente e sustentável no contexto de economia solidária.

A rede tem uma relação instável com o poder público, dependendo do interesse de cada gestão municipal. Embora haja reconhecimento do atual governo, a falta de uma parceria consolidada e de longa data resulta em fragilidade no apoio a longo prazo, principalmente em relação à infraestrutura e suporte para capacitação contínua. Além disso, a ausência de uma secretaria municipal especificamente dedicada à economia solidária enfraquece o vínculo da rede com políticas públicas mais estruturadas, limitando o apoio governamental contínuo e a visibilidade da rede.

Capítulo 6

6. CONCLUSÃO

A Rede Colatina de Economia Solidária destaca-se como um modelo de autossuficiência e colaboração que impacta positivamente não só os membros envolvidos, mas também o território de Colatina. A estrutura de governança participativa e democrática e as práticas sustentáveis formam a base da rede, enquanto o apoio mútuo e a inclusão social fortalecem o coletivo, especialmente entre aqueles em situação de vulnerabilidade. Os desafios com o poder público representam áreas de fragilidade que, se abordadas, podem ampliar ainda mais o impacto da rede no desenvolvimento local.

A análise dos empreendimentos da Rede Colatina à luz da literatura revelou que muitos dos princípios e desafios observados na prática refletem debates centrais na economia solidária, como a importância da formalização, o impacto social inclusivo, a promoção da sustentabilidade e a necessidade de apoio público contínuo. Esses temas destacam como a economia solidária pode atuar como uma alternativa sustentável, gerando impactos econômicos e sociais positivos em comunidades locais, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Os principais resultados desta pesquisa evidenciam que a governança participativa e a estrutura organizacional são dimensões fundamentais para a sustentabilidade e a longevidade dos empreendimentos de economia solidária. A análise da Rede Colatina demonstrou que a participação ativa dos membros, a definição clara de papéis e a presença de instâncias decisórias fortalecem a gestão democrática, promovendo maior autonomia e resiliência organizacional. Além disso,

a inter-relação entre governança, redes de apoio e princípios da economia solidária reflete a importância do capital social na manutenção dessas iniciativas.

Do ponto de vista prático, este estudo contribui ao oferecer um panorama sobre a dinâmica de governança em redes de economia solidária, podendo servir como referência para gestores, formuladores de políticas públicas e pesquisadores interessados em fortalecer esses empreendimentos. As evidências sugerem que o fortalecimento das redes colaborativas e o suporte institucional são fatores-chave para a sustentabilidade desses empreendimentos. Contudo, uma das limitações do trabalho reside no método qualitativo empregado, que, apesar de proporcionar uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado, não permite generalizações estatísticas. A análise foi conduzida com um recorte específico, e os resultados podem estar sujeitos a vieses interpretativos inerentes ao processo de categorização e análise de conteúdo.

Para pesquisas futuras, sugere-se a replicação deste estudo em outras organizações do terceiro setor no Brasil, considerando diferentes legislações, estruturas de governança e fatores culturais. Investigações comparativas entre redes de economia solidária em diferentes estados ou até mesmo em países com regulamentações distintas poderiam aprofundar o entendimento sobre como a governança impacta a resiliência e a sustentabilidade dessas organizações. Além disso, estudos quantitativos podem ser conduzidos para avaliar empiricamente a relação entre governança participativa e indicadores de sucesso econômico e social nesses empreendimentos.

REFERÊNCIAS

- Abrahan, J. M. S., & Maehler, A. E. (2021). Análise da aplicabilidade da economia solidária a partir do núcleo interdisciplinar de tecnologias sociais e economia solidária da universidade federal de pelotas. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo-ReAT*, 15(2), 181-194. <https://doi.org/10.15210/reat.v15i2.20992>
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Celegatti, N., Sousa, R. C. da S., Zepeda Toro, P. E., & Colauto, R. D. (2021). Práticas de governança corporativa: o caso de uma entidade do terceiro setor. *ConTexto - Contabilidade Em Texto*, 21(49), 73–85. <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/115455>
- Carmo, G. do., Silva, C. A. da., Valadão, J. D. A. D., Rezende, V. A., & Pereira, J. R. (2023). Avanços teóricos do campo de conhecimentos da gestão social: Uma análise integrativa. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, e86823-e86823. [10.12660/cgpc.v28.86823](https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.86823)
- Flamini, S. H., Zanin, M., & Printes, L. B. (2022). Confluência entre economia solidária, coleta seletiva solidária e educação ambiental solidária. *Org & Demo*, 23(1), 53-68. <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2022.v23n1.p53-68>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed editora.
- Gaiger, L. I., & Kuyven, P. (2019). Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. *Sociedade e Estado*, 34, 811-834. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934030008>
- Gaiger, L. I. G., & Kuyven, P. S. (2020). Economia Solidária e Trajetórias de Trabalho: Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(103). <https://doi.org/10.1590/3510304/2020>
- Gentil, P. P. de C., Guimarães, L. de O., Pereira, D. de C., Diniz, A. M., & Ckagnazarof, I. B. (2019). Territorial governance and social innovation in regional development processes in mining territories: a theoretic model under construction. *Cadernos EBAPE.BR*, 17(3), 509–522. <https://doi.org/10.1590/1679-395173778x>
- Gomes Neto, M. B., Silveira, E. A. da., Ferreira, T. H., Teodósio, A. dos. S. de. S., & Grangeiro, R. da. R. (2024). Os Desafios de Gênero no Exercício da Liderança Feminina em Empreendimentos na Economia Solidária. *Revista Gestão & Conexões*, 13(1), 5–27. <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2024.13.1.40830.5-27>
- Irigaray, H. A. R., & Stocker, F. (2024). Reflexões sobre resiliência empresarial, governança corporativa e responsabilidade social. *Cadernos EBAPE. BR*, 22(1), e90025-e90025. <https://doi.org/10.1590/1679-395190025>

- Lima, M. J. de., & Kuhl, M. R. (2023). Oportunidade de formalização de uma cooperativa de artesanato: avaliação inicial a partir da matriz swot. *Capital Científico*, 21(4). 10.5935/2177-4153.20230028
- Lacruz, A. J. (2020). Considerações Teóricas sobre Governança Corporativa no Terceiro Setor à Luz da Teoria da Agência. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(3), 473-485. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120190007>
- Monteiro, L., & Gonçalves, S. de L. (2020). Os empreendedores políticos da economia solidária no Brasil: As ideias de Singer, Gaiger e Arruda. *Interseções: Revista De Estudos Interdisciplinares*, 22(1). <https://doi.org/10.12957/irei.2020.51162>
- Moura, C. S. R. de., Costa, E. M., Sousa, W. D. de., Fernandes, E. S., Nascimento, A. F., Ramos, J. L. C., Oliveira, L. M. S. R. de., & Duarte, F. R. (2023). Redes de economia solidária: descrições de experiências no Brasil. *Revista De Gestão E Secretariado*, 14(11), 19479–19495. <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i11.2922>
- Oliveira, C. R. de, & Scholz, R. H. (2022). “A incubadora resgatou a imagem da cooperativa na sociedade”: Estratégia como prática e memória social na incubadora de empreendimentos solidários da Universidade La Salle. *Desenvolvimento Em Questão*, 20(58), e10735. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.10735>
- Paiva, L. A. C. de., Brisola, E. M. A., & Rodrigues, A. M. (2023). Desenvolvimento e economia solidária: uma reflexão necessária. *Revista Grifos*, 32(58), 01-24. <https://doi.org/10.22295/grifos.v32i58.6896>
- Pereira, A. K., Gomide, A. D. Á., Machado, R., & Ibiapino, M. (2023). Arranjos de governança para a sustentabilidade socioambiental na implementação de grandes projetos de infraestrutura na Amazônia brasileira. *Cadernos EBAPE. BR*, 21(5), e2021-0073. <https://doi.org/10.1590/1679-395120210073>
- Rezen de, G. S., & Nascimento, N. E. (2020). Governança Global: o desafio ecológico e sua aplicabilidade no Sistema Internacional. *Revista Mosaico*, 11(1), 2-9. <https://doi.org/10.21727/rm.v11i1.1885>
- Soares, M. de N. M., Rebouças, S. M. D. P., & Lázaro, J. C. (2023). A Aprendizagem Coletiva e em Rede Desenvolvida em Empreendimentos Formados por Mulheres da Economia Solidária: Uma Análise Pós-Colonialista Sobre uma Prática Feminista de Autogestão. *Organizacoes & Sociedade*, 30(106), 496–523. <https://doi.org/10.1590/1984-92302023v30n0018PT>
- Zanetoni, J. P. F., Mariani, M. A. P., & Araújo, G. C. de. (2023). Economia Social Solidária e Turismo de Base Comunitária: aproximações teóricas e teórico-empíricas. *Caderno Virtual de Turismo*, 23(3), 68-82. <https://doi.org/10.18472/cvt.23n3.2023.2099>

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Introdução/contextualização. Apresentação dos EES. A Rede Colatina:

- Como surgiu a rede? Qual a história da rede de Colatina no início?
- Quem participou do processo?
- Como está estruturada organizacionalmente a Rede Colatina?
- Como cada um foi impactado por estar associado à rede?
- Qual foi o propósito de vocês entrarem na Rede?
- Como a Rede impacta o território de Colatina?
- O que destacariam como impacto social?
- No aspecto da economia, como vocês avaliam o impacto que os empreendimentos causam na economia de Colatina?
- E quais propósitos ambientais vocês destacariam como presentes na Rede Colatina?
- E na questão da política pública? Quais pontos vocês destacariam como impactos no território de Colatina?
- Como são estruturadas as atividades na Rede? Como é feita a comunicação com as pessoas internas e externas à Rede? Existe um processo decisório entre os membros da Rede? Como é essa dinâmica?
- Como é feita a gestão dos recursos financeiros da Rede?
- Em relação aos resultados da rede: vocês acompanham, monitoram, divulgam e apresentam para debate?